

ANALISANDO OS IMPACTOS DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS EM ITAPERUNA

JULIO CEZAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

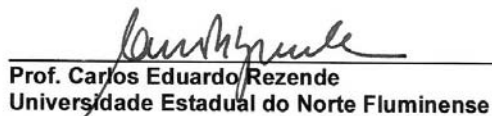
"Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais."

Aprovada em 17 de Outubro de 2006.


Comissão Examinadora



Prof. Hernán Armando Mamani
Universidade Federal Fluminense



Prof. Carlos Eduardo Rezende
Universidade Estadual do Norte Fluminense



Prof. Marcos Antonio Pedlowski
Universidade Estadual do Norte Fluminense
Orientador

Campos dos Goytacazes - RJ
Outubro de 2006

**ANALISANDO OS IMPACTOS DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL
SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS EM
ITAPERUNA**

JULIO CEZAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

“Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.”

Orientador: Prof. Marcos A. Pedlowski

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – R.J.
OUTUBRO DE 2006**

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é sempre uma difícil tarefa de ser elaborada, pois sempre deixamos de contemplar alguma pessoa que teve alguma importância dentro do contexto da nossa formação da graduação e confecção de, por exemplo, uma monografia. No entanto, este trabalho teve como base três principais pessoas: meu pai: Paulo Muniz de Oliveira, minha mãe: Leacir Pinheiro de Oliveira e o Professor Marcos Pedlowski.

Aos meus pais agradeço a dedicação, paciência, financiamento e a crença de que seria possível proporcionar uma melhor qualidade de ensino a mim, a qual eles puderam obter, muito obrigado por confiar a mim suas esperanças.

Agradeço ao professor Marcos Pedlowski pelo apoio, coragem e paciência em me orientar durante o difícil processo de elaboração monográfico, tendo paciência e extrema competência diante das dificuldades que se apresentaram durante o caminho. Agradeço a ele também o apoio logístico, pois sem este teria sido quase impossível a realização do presente trabalho.

Aos amigos de graduação e laboratório: Klenio Costa, Silvia Aquino e Camila Daniel pelo apoio e ajuda no laboratório e na pesquisa. Aos amigos de Laboratório: Leonardo Cavadas (SPSS e Gráficos), Manuela (revisão), Maria Alice e Vanessa.

Agradeço também aos amigos de república Tadeu, Washington e Klenio pelo apoio na difícil convivência e adaptação a vida “republicana”.

À Laís Fernandes pelo apoio, inspiração e incentivo que me foi dado durante os momentos mais difíceis desta jornada.

À população de Itaperuna pela colaboração e a concessão do conjunto de elementos que tornaram possível a confecção da base de dados desta pesquisa e também aos entrevistados que dispuseram de seu tempo para contribuir com essa pesquisa.

Agradeço também à Reitoria da UENF (2004/2007) por me mostrar que o autoritarismo e o desrespeito aos direitos constitucionais estão presentes nas mais diversas instituições, e que ainda precisam ser energeticamente combatidos no Brasil.

Este trabalho faz parte do Projeto Instituto do Milênio/Estuários, financiado pelo CNPq (Proc. 420050/2005-1).

SUMÁRIO

Apresentação	1
Estrutura da Monografia.....	2
CAPÍTULO 1	3
1.1 - Um preâmbulo acerca da relação Estado e Sociedade Civil.....	3
1.2 - As Concepções Clássicas e Contemporâneas do Conceito de Sociedade Civil.....	4
1.3 - As causas do ressurgimento da sociedade civil e seus novos papéis	7
1.4 - Concepções e dificuldades analíticas em torno da sociedade civil contemporânea	9
1.5 - Organizações Não-governamentais: Definições e Características.....	11
1.6 - A Origem Política e a Força Econômica das Organizações da Sociedade Civil na América Latina e no Brasil.....	12
1.7 - Mudanças Recentes na Legislação e seus Impactos sobre a Criação e Financiamento das ONGs.....	13
1.8 - ONGs como atores principais na formulação de políticas públicas de cunho ambiental	15
1.9 - Delimitando o objeto de estudo: a ONG Puris de Ecologia.....	16
CAPÍTULO 2	18
2.1 Metodologia	18
2.1.1 - Caracterização da Área de Estudo	18
2.1.1.1 - Aspectos Geográficos	18
2.1.1.2 - Aspectos Histórico-Econômicos	21
2.2 - Instrumentos de Coleta de dados.	22
CAPÍTULO 3 - A Problemática Ambiental sob a Ótica dos Atores Políticos Centrais e da População	24
3.1 – Os papéis e estratégias formuladas pelo Estado e pela Sociedade Civil para a Identificação e Solução dos Problemas Ambientais em Itaperuna	24
3.1.2 – Estado, sociedade civil e a questão da (falta de) participação popular na solução de problemas ambientais em Itaperuna.....	27
3.1.3 Visões Contrastantes sobre a Responsabilidade do Estado em Financiar a Ação das Organizações Não-Governamentais Ambientalistas.....	28
3.1.4 – Os problemas na relação Estado e sociedade civil e as diferentes receitas para solucionar os problemas ambientais de Itaperuna.....	30
3.1.5 Sumário	32
3.2 - Análise dos questionários	33
3.2.1 - Composição da Amostra por faixa etária, Nível de Instrução e Renda	33
3.2.2 – O nível de associativismo da população em Itaperuna	35
3.2.3 – A problemática ambiental na visão da população e os tipos de engajamento em suas soluções	37
3.2.4 – O Grau de reconhecimento da ONG Puris e de suas ações.....	40
3.2.5 – Sumário	42
Conclusões	43
Referências Bibliográficas:	45

Anexos.....	50
Anexo 1 - Roteiro da Entrevista com o Prefeito de Itaperuna.....	51
Anexo 2 - Roteiro da Entrevista com o Dirigente da ONG Puris.....	53
Anexo 3 - Questionário Aplicado em Itaperuna.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Itaperuna	18
Figura 2 - Vista panorâmica do centro de Itaperuna, tendo o Rio Muriaé como principal elemento de controle geográfico da sua expansão.	19
Figura 3 - Mapa da sede do município de Itaperuna, em destaque as áreas inundáveis pelo rio Muriaé.	20
Figura 4 - Livro da ONG Puris.....	29
Figura 5 - Expedição da ONG Puris ao Rio Muriaé	30
Figura 6 - Faixa etária dos entrevistados.....	33
Figura 7 - Nível de Instrução da População Entrevistada	34
Figura 8 - Faixa de renda da Amostra em Salário Mínimos (%)	35
Figura 9 - Participação em organizações sociais (%).....	36
Figura 10 - Entendimento da população do que vem a ser um “problema ambiental”	37
Figura 11 - Rio Muriaé, centro de Itaperuna após a chegada dos rejeitos industriais em Fevereiro de 2006.....	39
Figura 12 - Rio Muriaé, centro de Itaperuna em julho -2006, já sem a carga de detritos oriundos do acidente industrial.	39
Figura 13 - Responsabilidade pela resolução dos problemas Ambientais em Itaperuna	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos questionários por Bairros de Itaperuna	22
Tabela 2 - Reconhecimento da População sobre os maiores problemas ambientais de Itaperuna.....	38
Tabela 3 - Formas de participação popular na conservação ambiental em Itaperuna.....	40
Tabela 4 - Grau de reconhecimento das organizações atuando na proteção ambiental em Itaperuna.....	41
Tabela 5 - Reconhecimento da ONG Puris por parte da população pesquisada e nível de escolaridade dos que conhecem o trabalho da ONG Puris.....	41

ANALISANDO OS IMPACTOS DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS EM ITAPERUNA.

Julio Cezar Pinheiro de Oliveira
Orientador: Profº. Marcos A. Pedlowski

RESUMO

Desde a década de 70, as organizações da sociedade civil vêm se apresentando como uns dos principais agentes participativos e mantenedores da democracia contemporânea. A partir do fim dos regimes militares e do desaparecimento da União Soviética, as organizações da sociedade civil começaram a dirigir suas ações para onde o Estado não mais possuía mais a capacidade ou interesse de intervir. O principal ponto de referência para demarcar os impactos da ação da sociedade civil foram as ONGs - Organizações Não Governamentais. De forma paralela ao aumento do poder político e econômico das ONGs houve uma tomada de consciência para os problemas ambientais que ocorriam em uma escala global. Assim, as ONGs ambientalistas passaram a ocupar um lugar de destaque perante a sociedade civil e o Estado, seja como agentes colaboradores ou como agentes contestadores das políticas oficiais. O presente estudo procurou analisar o grau de interação entre a sociedade civil organizada e o Estado na formulação de políticas públicas ambientais em nível local. Para tanto, este estudo tomou como base a relação entre a ONG Puris de Ecologia e a Prefeitura de Itaperuna, bem como as perspectivas da população de Itaperuna acerca da problemática ambiental no município. A coleta de dados envolveu a realização de entrevistas com o Prefeito de Itaperuna e com o presidente da ONG Puris, e a aplicação de questionários em uma amostra aleatória de residentes dos bairros mais populosos de Itaperuna. Os resultados deste estudo demonstram uma clara confluência nas perspectivas dos três segmentos pesquisados quanto aos principais problemas ambientais existentes em Itaperuna. No entanto, este estudo demonstra que há um distanciamento entre as formas para o tratamento das questões ambientais por parte dos representantes do Estado e da sociedade civil. Por outro lado, os resultados obtidos a partir da pesquisa com a população demonstram que o baixo nível de associativismo influencia negativamente a capacidade de demandar a implantação de políticas que resolvam os problemas ambientais identificados. Finalmente, o presente estudo indica que a ausência de canais formais de participação política não é resolvida de forma suficiente pela presença de organizações governamentais, especialmente em condições em que não existe uma disposição de estabelecimentos de processos de cooperação entre o Estado e a sociedade civil.

Palavras Chaves: Sociedade Civil, Estado, Organizações Não Governamentais (ONGs), ONG Puris e Itaperuna.

ANALYZING THE IMPACTS OF THE RELATIONSHIP CIVIL SOCIETY AND STATE IN THE DEMOCRATIZATION OF MUNICIPAL ENVIRONMENTAL POLICIES IN ITAPERUNA

Julio Cezar Pinheiro de Oliveira
Advisor: Profº. Marcos A. Pedlowski

ABSTRACT

Civil society organizations have become one of the key agents holding and maintaining democratic regimes since the 1970s. After the end of military regimes and the breakdown of the Soviet Union, civil society organizations began to direct their activities to areas abandoned by the State. Key reference points to demark the impacts of civil society are the so-called Non-Governmental Organizations (NGOs). Parallel to the growth of the economic and political power held by NGOs, there was an increase in the public consciousness about the global scale of environmental problems. As a result, environmental NGOs were placed at center stage in the civil society-State continuum both as collaborators and as agents of confrontation of public policies. This study was designed to analyze the results of the interactions between civil society and the State in the process of formulating environmental public policies at the local level in Itaperuna, RJ. To achieve this goal, the study was centered on analyzing the political interaction between the municipal government of Itaperuna and the ONG Puris de Ecologia, a local environmental NGO, regarding the environmental problems existent in that municipality. The local population was also included in the study as a means of validating or denying the claims made by both State and NGO representatives. Data gathering was done through the application of structure interviews and questionnaires. The results of this study indicate that all sectors seem to agree on what are the main environmental problems in Itaperuna. However, despite such an agreement, a common agenda for solving the existing problems was not present. The lack of civil engagement by the population appears to negatively influence the societal capacity to demand the formulation and implementation of public policies aimed at solving existing environmental problems. Finally, the present study indicates that the absence of formal channels for political participation is not solved adequately by the sole presence of governmental organizations. This problem is further aggravated by the lack of interest in establishing cooperation processes between State and civil organizations.

Keywords: civil society, State, non-governmental organizations (NGOs), Puris, Itaperuna.

Apresentação

O final da década de 80 do Século 20 foi marcado por profundas mudanças no cenário político mundial cujas mais destacadas foram o final dos regimes militares que existiam na América Latina e a queda do Muro de Berlim. Estas mudanças implicaram ainda em um agudo questionamento do papel do Estado e nas relações políticas e econômicas das sociedades, recolocando assim, a Sociedade civil no centro da discussão sobre o futuro da democracia como regime político em nível mundial (Seligman, 1999). Neste contexto é importante apontar que as discussões em torno desta relação remontam ao século 17 nos escritos de John Locke e Thomas Hobbes que foram os primeiros a colocar o Estado e a Sociedade civil como planos distintos da esfera política. Os debates em torno da relação entre o Estado e a Sociedade Civil tiveram ainda importantes contribuições de Aléxis de Tocqueville, Friederich Engels, Karl Marx e Antonio Gramsci. No centro das diferentes interpretações destes dois conceitos estiveram sempre as distintas concepções acerca do papel que cada um deveria ter no funcionamento da vida social.

Em que pesem as múltiplas razões do ressurgimento do debate acerca das possibilidades de regulação oferecidas pela ação das organizações da sociedade civil sobre o Estado que ocorreu no final da década de 80 do século 20, um aspecto parece ter contribuído para que esta discussão pudesse ter elementos teóricos mais amplos. Um ponto fundamental parece ter sido o reconhecimento de que existia uma grave crise ambiental de escala planetária. Neste sentido, o presente trabalho foi estruturado de modo a contribuir para o aumento do entendimento de como a tensão que marca a relação Estado e Sociedade Civil afetou a formulação de políticas ambientais a partir da década de 90. Este ressurgimento foi ainda modulado por um outro fenômeno de escala planetária que se sobrepôs à crise ambiental, que foram as políticas de cunho neoliberal que resultaram na liberalização das relações econômicas mundiais, e na redução da presença do Estado na economia.

Este estudo foi realizado no Município de Itaperuna, localizado na região Noroeste Fluminense, e teve como objetivo central entender até que ponto as organizações da Sociedade Civil conseguem influenciar a formulação de políticas ambientais em nível municipal, bem como de sua capacidade de efetivamente elevar o nível de politização e conhecimento em torno da questão ambiental. Neste sentido, a Organização Não Governamental (ONG) Puris de Ecologia foi escolhida para servir como unidade de análise,

envolvendo ainda representantes do poder público municipal, e residentes da área urbana do Município de Itaperuna.

Estrutura da Monografia

O Capítulo 1 tem como objetivo contextualizar os principais marcos teóricos que permeiam o entendimento e o surgimento do conceito de sociedade civil, de modo a clarificar o entendimento de diferentes autores clássicos acerca da participação da sociedade civil no processo político. O Capítulo 1 analisa ainda o ressurgimento do conceito de sociedade civil, através de um entendimento contemporâneo dos principais rumos que vem tomando, através da discussão dos conceitos de: Democracia, Estado, Crise do Estado de Bem-estar social e Educação Ambiental. Esta revisão teórica teve como objetivo estruturar o entendimento da análise dos dados empíricos que foram coletados, de modo a produzir uma contribuição ao conhecimento existente.

O Capítulo 2 descreve a metodologia empregada no estudo, apresentando os métodos de coleta de dados e dos procedimentos utilizados para a sua análise. O Capítulo 2 apresenta ainda delimitação da área de estudo, as diferentes unidades de análise, bem como os mecanismos de análise qualitativa que foram adotados no trabalho.

O Capítulo 3 é voltado para o detalhamento e apresentação e análise dos dados. A reflexão acerca do significado dos dados coletados foi feita usando dois tipos de análise: 1. a análise qualitativa buscou compreender a ótica tanto do poder público municipal, quanto da sociedade civil organizada sobre os problemas ambientais existentes em Itaperuna, bem como as interações que envolvem estas dimensões da esfera política; e 2. a análise quantitativa dos dados que foi empregada para obter uma perspectiva sobre o nível organizacional da sociedade itaperunense, e também sobre o grau de reconhecimento por parte da população acerca das intervenções e ações políticas da ONG Puris de Ecologia.

Finalmente, o Capítulo 4 apresenta as conclusões do estudo e sugestões para futuros debates sobre a formulação de políticas ambientais em nível municipal, bem como a participação dos principais agentes envolvidos nessa questão.

CAPÍTULO 1

1.1 - Um preâmbulo acerca da relação Estado e Sociedade Civil

O estudo do conceito de sociedade civil implica na necessidade de compreender as diferentes formas de associação política dentro do Estado moderno. Um fato a ser inicialmente enfatizado é que o conceito de sociedade civil tem sido marcado pela existência de distintas formulações desde o seu nascedouro. Segundo Cohen (2003), a sociedade civil foi historicamente caracterizada como um campo de interação social separada do mercado e do Estado. No entanto, num período histórico mais recente, houve um ressurgimento do debate sobre o papel desempenhado pela sociedade civil enquanto elemento de intermediação das outras duas esferas.

Neste sentido, Bobbio (1987) argumenta que a sociedade civil seria o local onde haveria espaço para a discussão dos indivíduos acerca de suas diferenças, tendo o Estado como o instrumento mediador. Por outro lado, Cohen (2003) identifica a sociedade civil como uma esfera de interação social diferenciada da economia e do estado, sendo que a moderna sociedade civil autônoma nasceu de processos de constituição e mobilização independentes, ou seja, ela é uma instância independente do Estado territorial democrático moderno. O papel de instrumento de contestação autônomo que competiria à sociedade civil estaria ligado à conquista de espaços democráticos junto ao Estado e às outras esferas que constituem o poder dentro de uma dada sociedade. Deste modo, o conceito de sociedade civil e o de liberdade democrática seriam fatores diretamente ligados e interdependentes, ou seja, seria quase impossível a existência de um sem a existência do outro.

Por ser, em tese, constituída por ideais de liberdade, a sociedade civil necessitaria que o Estado cedesse espaço para que pudesse funcionar de forma plena (Nogueira, 2003). Contudo, onde imperam formas de regimes políticos não democráticos (e.g., autoritários, populistas, fundamentalistas, ou onde imperem formas arcaicas de relacionamento político), não há espaço para o surgimento ou a manutenção de sociedades civis atuantes. Isto ocorreria porque as ações que em tese seriam delegadas à sociedade civil ficam centralizadas no próprio aparelho de Estado. Deste modo é importante salientar que a entrada da sociedade civil, como um instrumento de diversas formas de luta que estejam ocorrendo no interior sociedade, não se dá de maneira harmoniosa com as instâncias tradicionais de poder.

Para Vilas (1993) a sociedade civil organizada que antes era tida como apenas um instrumento de lutas por uma maior participação nas instâncias políticas, passou a ser convocada a exercer um papel mais ativo frente ao que se costumou denominar de Estado

Neoliberal. A necessidade de buscar o preenchimento dos vazios deixados pela regressão do Estado, fez com que na sociedade civil fosse incluída em uma ampla gama de formas associativas, que têm objetivos os mais diversos: indo desde associações que visam à defesa dos direitos civis a ONGs ambientalistas. De modo a entender a trajetória de lutas e o reconhecimento da sociedade como um instrumento de suma importância no debate democrático, é que em primeira parte dessa revisão teórica irá traçar as primeiras teorias que retrataram o início do pensamento político filosófico sobre a sociedade civil e também sobre o pensamento contemporâneo, já englobando as configurações organizadas da sociedade civil.

1.2 - As Concepções Clássicas e Contemporâneas do Conceito de Sociedade Civil

Brandão (2002) afirma que o conceito de sociedade civil ganhou diversos contornos e definições durante os séculos 18 e 19. O surgimento da idéia de sociedade foi consequência da grave crise social, no final do século 17, decorrente da crise do paradigma da ordem social vigente. O contrato social, conceito trabalhado e modificado por pensadores jusnaturalistas¹ como Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Adam Ferguson, Adam Smith, Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu) e David Hume, tinham por objetivo de criar condições para que os seres humanos saíssem do estado de natureza e contraíssem de alguma forma um contrato baseado na lei e, em última consequência, fazer parte da sociedade civil (Ramos, 2005).

Pedlowski (2001) afirma que Hobbes em sua defesa do “Leviatã” buscava estabelecer através de um Estado forte a proteção para a sociedade humana, contra seus impulsos de autodestruição, através do poder ilimitado de um soberano. Por outro lado, Locke propunha que o homem para fazer parte do convívio social teria que abdicar de algumas de suas liberdades em prol do exercício do poder por parte do Estado. Assim, o exercício do poder pelo Estado era definido por Locke como algo que provinha da sociedade. Ramos (2005) acrescenta que Locke e Rousseau foram fortemente influenciados pelos conceitos de Hobbes, no entanto, chegaram a conclusões distintas, ainda que em comum compartilhem a noção de um indivíduo abstrato imerso dentro de um estado de natureza imaginário como pedras fundamentais da definição da sociedade civil.

¹ Autores que justificavam o poder como um direito natural advinda de um poder superior, um poder divino.

Aléxis de Tocqueville, político francês que viveu no século 19, introduziu novos elementos no debate acerca do papel da sociedade civil na sua relação com o Estado. Em sua obra “Democracia na América”, Tocqueville argumentou que as organizações da sociedade civil ocupariam um lugar central na manutenção da democracia por manter o Estado em constante xeque. Este papel essencial se daria em função da crença de Tocqueville de que o Estado democrático poderia ser acometido de graves desvios autoritários. A partir desta argumentação, Tocqueville exerceu uma grande influência no debate acerca das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Segundo Ramos (2005), Tocqueville argumentava que a luta pela garantia das liberdades democráticas (e.g., o auto-governo local, separação da Igreja e Estado, imprensa livre, eleições indiretas, judiciário independente e, acima de tudo, uma “vida associacional” era essencial para conter o poder exagerado do Estado). Neste sentido, Ramos acrescenta ainda que Tocqueville contemplasse as associações civis como ferramentas essenciais na luta pela manutenção dos preceitos de igualdade e liberdade. Isto se faria necessário porque o Estado tenderia a apoderar de um número cada vez maior de atividades da vida diária, na medida em que a divisão do trabalho se tornasse mais complexa e a demanda por distribuição e riqueza aumentasse, (Kaldor 2003, *apud* Ramos, 2005).

Uma ruptura importante com a tradição jusnaturalista é dada pela contribuição do filósofo alemão Friederich Hegel, que foi o primeiro a incorporar a noção de que o Estado e a sociedade seriam frutos do desenvolvimento histórico da sociedade. Além disso, Brandão (2002) argumenta que Hegel foi o primeiro pensador a salientar o conceito sobre sociedade civil com um ente distinto do Estado político. Pietrzyk (2001) adiciona que Hegel acreditava que a vida ética podia ser dividida em três níveis: (1) a Família – a natural ou imediata esfera do mundo ético, (2) a Sociedade Civil – vida ética na sua divisão e aparência, e (3) o Estado – liberdade universal e objetivo, sendo que a sociedade civil seria o plano intermediário entre a família e o Estado.

Por outro lado, Kaldor (2003) postula que Hegel via a sociedade civil como um território de mediação entre todas as diferenças sociais. De forma adicional, Brandão (2002) afirma que dentro do conceito hegeliano, a sociedade civil funcionaria como um sistema de carecimentos e estruturas de dependências recíprocas, onde os indivíduos poderiam satisfazer as suas necessidades através do trabalho, da divisão do trabalho e da troca; e assegurariam a defesa de suas liberdades, propriedades e interesses através da administração da justiça e das corporações.

De forma complementar, Bobbio (1987) assinala que as categorias hegelianas têm sempre, além de uma função sistemática, também uma dimensão histórica: são ao mesmo tempo partes interligadas de uma concepção global da realidade e figuras históricas, isso o distanciava ainda mais dos outros pensadores do *jusnaturalismo*. No entanto, Semeraro (1999) acredita que para Hegel a sociedade civil teria como seu fim último, a subjugação ao Estado, ou seja, a racionalidade completa estava na consolidação do “Estado Ético”, e só sendo totalmente abarcada pelo Estado é que a sociedade civil conseguiria alçar o mais elevado nível de racionalidade, representatividade e unidade. Deste modo, o “Estado Ético”, seria o único instrumento capaz de ultrapassar os conflitos da sociedade civil e garantir o funcionamento da totalidade. A teoria de Hegel pode ser assim considerada como o ponto mais alto alcançado pelo jusnaturalismo, ainda que representando em última instância um processo de ruptura com aquela corrente de pensamento (Pedlowski, 2001).

As concepções de Karl Marx no tocante à relação Estado e sociedade civil foram de encontro à perspectiva hegeliana. Contudo, Marx assim como Hegel, reconhecia a distinção entre Estado e sociedade civil. Pedlowski (2001) indica que as principais diferenças entre a filosofia de Hegel e Marx sobre o Estado e sociedade civil encontram-se diretamente ligadas à natureza do sistema capitalista. Neste sentido, Marx defendia que o Estado é subordinado à sociedade civil, e sendo assim, o Estado seria um aparato nas mãos da classe dominante, que se encontraria organizado no interior da sociedade civil (Kaldor, 2003). O Estado moderno na visão de Marx não estaria envolvido pelo caráter de universalidade apregoado por Hegel. O Estado seria uma necessidade do sistema capitalista, para justificar e dar manutenção ao poder dominante parte da burguesia. Marx ainda ressaltou as dificuldades de integração da sociedade pelo caráter competitivo da sociedade capitalista que dá destaque para os valores coercivos, invés do ao cooperativismo. Deste modo, a sociedade civil para Marx, controlava o Estado e transferia para ele o seu caráter individualista, ou seja, o Estado era palco para as reproduções dos valores e ideais da sociedade civil burguesa. (Pedlowski, 2001)

Antonio Gramsci, seguidor das fundamentações metodológicas e epistemológicas do marxismo, foi um dos principais pensadores contemporâneos, a reintroduzir novas discussões na temática da relação entre a sociedade civil e o Estado. Em Gramsci, o conceito de sociedade civil ganha um elemento complexo e sofisticado, com o qual Gramsci procurava entender a dinâmica da sociedade capitalista, que é o conceito de hegemonia. Bobbio (1987) destaca que, enquanto em Marx o momento da sociedade civil coincide com a base material (contraposta à superestrutura onde estão as ideologias e as instituições), em Gramsci o momento da sociedade civil é superestrutural. Para Ku (2002), esta distinção é fundamental,

pois ao colocar a sociedade civil no nível da superestrutura, Gramsci faria distinção entre sociedade civil e Estado como dois modos não-econômicos de dominação, com o Estado sendo uma instituição de coerção política para a classe dominante; enquanto a sociedade civil sendo o domínio de práticas culturais e ideológicas, onde consenso é forçado pelo governo do Estado.

Nogueira (2003) acrescenta que a teoria Gramsciana encontra seu alicerce teórico e sua referência ético-política, mais precisamente na dialética de unidade-e-distinção daquelas duas instâncias construtivas do social (Estado e sociedade), para fundamentar a sua teoria da hegemonia. Nogueira destaca ainda que o conceito de hegemonia em Gramsci é empregado basicamente para caracterizar a capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente e estabelecer um campo de liderança, normalmente associando esta idéia ao uso da força ou outros aparatos de convencimento. Neste sentido, Pedlowski (2001) aponta que a liderança exercida pela classe capitalista engloba as esferas política, moral e intelectual, criando a partir desse domínio a disseminação ideologias hegemônicas. Bobbio já havia contribuído para este debate ao afirmar que Gramsci denominava de sociedade civil a esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia, e através da hegemonia obter consenso. Como resultado, Gramsci perceberia que os destinos da história e da política seriam decididos, cada vez mais, pela participação ativa das massas e pela criatividade dos diversos grupos organizados na sociedade civil (Semeraro, 1999).

1.3 - As causas do ressurgimento da sociedade civil e seus novos papéis

Cohen (2003) e Büll (2005) enfatizam que o ressurgimento da sociedade civil está ligado a dois aspectos de suma importância: 1. a sua contribuição ao processo de democratização da sociedade enquanto instrumento mediador entre a população e o Estado, gerando assim um aumento expressivo na participação dos indivíduos em organizações da sociedade civil, que por sua vez alcançam uma maior influência nas decisões políticas; e 2. a precarização do papel do Estado como gestor e mantenedor de políticas sociais; o que abriria uma brecha para que as organizações da sociedade civil tomem para si o compromisso de implementar políticas públicas e sociais em áreas que foram abandonadas pelo Estado.

Em relação à contribuição da sociedade civil no processo de democratização, Büll (2005) argumenta que a existência de uma sociedade civil forte funcionaria como um termômetro para estabelecer o nível de democratização existente em algumas sociedades. De forma adicional, Pietrzyk (2001) argumenta que a democracia pressupõe a existência de uma

sociedade civil forte. Por outro lado, Reiter (2003) argumenta que somente uma sociedade civil democrática tem a capacidade e o potencial para ajudar a estabelecer e manter a democracia. Deste modo, o crescimento da participação das instituições da sociedade civil está diretamente ligado ao nível democrático exercido dentro de cada sociedade, ou seja, a democracia é um fator preponderante para o crescimento e a manutenção do associativismo. Neste mesmo sentido, Reiter (2003) afirma que mesmo sendo preponderante o papel da democracia, nas organizações da sociedade civil, a democracia por si só não é sustentável, o que dará o contorno necessário para a construção de uma democracia participativa serão os tipos de organizações que compõem a sociedade civil. Estas organizações deverão ser igualmente, como as sociedades em questão, alicerçadas dentro dos ideais democráticos.

De forma adicional, Diamond (1994) argumenta que a sociedade civil tem a função de limitar o poder do Estado, principalmente ao exercer um papel fiscalizador do processo democrático, para evitar abusos e violações da lei por parte dos detentores do poder. Assim, Diamond entende que este papel seria de suma importância para consolidação da democracia, tanto em termos de participação como de representatividade.

Já Cohen (2003) aponta para o fato de que a sociedade civil pode cumprir um papel importante na superação de uma suposta crise da democracia enquanto regime de governo. Esta crise seria causada pela ineficiência das esferas executivas e legislativas, que levaria a uma não participação da sociedade nos debates, acarretando assim a ausência de transparência no processo decisório e no desenvolvimento de políticas públicas. Deste modo, Cohen deposita grandes expectativas na participação da sociedade civil dentro do processo político, onde haveria uma diluição dos poderes dos governos nas instituições da sociedade civil, e assim gerando inovação, inclusão e um maior espaço para debates.

A precarização do papel do Estado, e a conseqüente ocupação pelas organizações da sociedade civil das lacunas abertas neste processo, principalmente na rede de proteção social, caracterizaria o fim daquilo que ficou conhecido como o Estado de bem estar social (*Welfare State*)². Esta crise do *Welfare State*, que teve seu ápice no ano de 1973, teve influência direta na organização social e no Estado, foi seguida por uma ampla diminuição no papel do Estado nas instâncias decisórias, tanto de cunho econômico quanto social. Para os defensores de um maior envolvimento da sociedade civil no gerenciamento e implementação de políticas

² Hobsbawm (1995, p. 278) o define Estado de bem estar social com sendo aquele onde: “os gastos com seguridade social – manutenção da renda, assistência, educação se tornam a maior parte dos gastos públicos totais - e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo funcionalismo público”. Hobsbawm afirma que a crise 1929 evidenciou problemas inerentes ao liberalismo e expôs a ineficiência da auto-regulamentação dos mercados. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o medo de uma nova crise como a de 1929 e a ameaça comunista que vinha do Leste Europeu, fez-se necessário que o Capitalismo passasse por uma profunda reestruturação, tendo a frente o Estado como o principal agente dessa transformação.

públicas, as mudanças decorrentes do *Welfare State*, e a conseqüente contração do papel do Estado, abriram o campo para as novas interações entre estes dois campos. Neste sentido, Cohen (2003) argumenta que a sociedade civil agora estaria avançando para onde os Estados não mais estavam progredindo, isto é, no suprimento de novas bases de identidade, solidariedade, coordenação, regulamentação.

Uma visão crítica a este processo de avanço da sociedade civil sobre espaços exclusivos do Estado é apresentada por Nogueira (2003), quando afirma que a crise da democracia e a precarização do papel do Estado resultaram numa grave fragmentação das sociedades contemporâneas. Em função desta fragmentação, Nogueira argumenta que as sociedades se tornaram ambientes tensos e competitivos, onde predominam condutas fechadas, pouco dialógicas e altamente desagregadas. De forma similar, Arellano-Lopez e Petras (1994) afirmam que o enfraquecimento do Estado e das organizações de base (*grassroots*) acabam por fortalecer de maneira desproporcional ONGs (Organizações Não-Governamentais) que são financiadas por fontes internacionais. Neste sentido, Arellano-Lopez e Petras acreditam que uma conseqüência desta situação é a perda de capacidade institucional dos países latino-americanos para definir e defender alternativas em relação ao conteúdo das agendas articuladas pelas agencias multilaterais de desenvolvimento. Uma conseqüência extremamente maléfica deste processo seria o abafamento das vozes de oposição, que em ultima instância enfraqueceria os processos político-democráticos nos locais em que ocorre (Arellano-López e Petras, 1994).

1.4 - Concepções e dificuldades analíticas em torno da sociedade civil contemporânea

A difusão dos conceitos de sociedade civil não é capaz de responder pelas novas configurações do espaço social e do enfraquecimento das redes de solidariedade e nas mudanças ocorridas no Estado moderno. O novo desenho da sociedade civil, advindo das novas configurações e rumos ocorridos tanto no nível estatal quanto no social, traz a idéia de uma total autonomia frente ao Estado. Um argumento distinto seria de que as organizações da sociedade civil ocupam um espaço onde lhes é permitido manter inter-relações tanto com o Estado, quanto com o mercado, e ainda manter um elevado nível de independência frente a essas duas instâncias. Fox (1996) indica que neste sentido, é possível encarar o crescimento da sociedade civil como algo que implica diretamente no aumento do nível organizacional das sociedades, e conseqüentemente no nível de democratização de uma dada sociedade. Por outro lado, Mendes (1999) argumenta que a leitura feita sobre o ressurgimento da sociedade

civil como estando diretamente atrelada ao esvaziamento de funções do Estado não é necessariamente precisa. Mendes explica que os principais papéis desempenhados pelo Estado ainda continuam sob sua competência (e.g., emissão de moeda, segurança e tributação). Neste sentido, o processo de diminuição do papel do Estado trata-se de uma reorganização das funções da sociedade como um todo, onde a sociedade civil organizada é chamada a estabelecer uma parceria com o Estado.

A reorganização das funções sociais do Estado e da sociedade civil tem levado a que vários autores apontem que o surgimento de uma sociedade civil global teria um impacto no processo político em nível mundial (Pietrzyk, 2001; Cohen 2003; Nogueira, 2003). Este processo seria mediado pela existência de novos meios de comunicação, e por novas configurações geopolíticas e econômicas (e.g., abertura de mercados e blocos econômicos), e pela consolidação da democracia como principal regime de governo. Por outro lado, Ramos (2005) argumenta que em função das fronteiras da sociedade civil serem distintas daquelas envolvendo o Estado, a sociedade civil global teria uma maior autonomia frente às fronteiras dos Estados Nacionais, o que facilitaria a formação de novas redes de relações culturais, sociais e econômicas. A sociedade civil global teria como principal meta impor aos governos uma agenda global, que privilegiasse as questões humanitárias e consolidasse os diversos interesses em prol da defesa dos direitos humanos. Cohen (2003) enfatiza ainda, que um aspecto marcante desse movimento globalizado estaria no não interesse da conquista do poder ou a imposição de uma hegemonia, esse movimento global teria sim, um caráter puramente contestatório visando apenas dar visibilidade a suas ações.

No entanto, Pedlowski (2001) afirma que existem sérios problemas referentes à manutenção das ações das organizações da sociedade civil após a restauração do regime democrático. As dificuldades que hoje permeiam a atuação da sociedade civil em vários países da América Latina e da Europa do Leste não mais proveriam da falta de democracia, mas sim do lugar que as organizações civis ocupam após a sua restauração. Existe uma diminuição no nível de participação dos indivíduos junto à conquista de direitos e na participação nos processos decisórios. Esta diminuição no nível de participação nas esferas democráticas, seria mais facilmente verificada em sociedades onde os indicadores sociais (e.g., renda, educação, saúde) são bastantes elevados e as demandas democráticas (e.g., sufrágio universal, liberdade de organização, liberdade de imprensa) cessaram completamente ou diminuíram de intensidade. Estes fatores contribuiriam para que haja um esfriamento no nível de participação organizado da população. Ainda que não desconheçam as dificuldades descritas anteriormente, Brown e Fox (2001) argumentam que a sociedade civil exerce um

papel de grande influência juntamente ao Estado e a população. Brown e Fox afirmam ainda que sociedade civil organizada ganhou novos contornos quando passou a desempenhar funções de administração e implementação de políticas públicas.

1.5 - Organizações Não-governamentais: Definições e Características

Ferreira (1999) afirma que a denominação genérica de ONGs foi criada pelas Nações Unidas em 1950 para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais e que atuavam num âmbito supranacional. Kaldor (2003) argumenta que a difusão das ONGs enquanto agentes de intervenção social ocorreu principalmente através das ajudas de caráter humanitário feita por essas organizações, principalmente em países da América Latina, África e Ásia nas décadas de 70 e 80. Neste sentido, Korten *apud* Brett (1993) indica que as ONGs se tornaram conhecidas como instrumentos privados de ação voluntária, capazes de elevar o nível democrático e promover justiça social, sustentabilidade e eliminação da exploração através de programas de inclusão social.

Por outro lado, Haddad (2000) afirma que as ONGs vêm ganhando uma crescente visibilidade, junto a população em geral e, em particular, na mídia, em função da visão que lhes confere uma importância nas intervenções sociais, que não corresponderiam necessariamente à real capacidade destas organizações em atuar e realizar intervenções no interior da sociedade. Por sua vez, Lima (2002) questiona acerca do real papel das organizações e os fins que servem no presente momento histórico. Lima argumenta que o crescimento e desenvolvimento das ONGs teria sido fomentado por organismos multilaterais interessados em disseminar políticas neoliberais, que requeriam assim a existência de parceiros anti-estatais capazes de promover uma visão de desenvolvimento econômico em harmonia com o mercado.

De forma similar, Gohn (2000) indica que o movimento em prol das ONGs insere-se no processo de desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, de forma a transferir um conjunto de ações e tarefas da responsabilidade do Estado para comunidades organizadas a partir da intermediação das ONGs sob a forma de parcerias. Assim, a agenda política teria sido modificada em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas internacionais passaram a impor ao mundo capitalista. Nesta nova agenda só haveria espaço para os processos participativos e para

políticas participativas que tinham por objetivo a descentralização. Esses processos privilegiavam os atores sociais que a partir de então desempenhariam a função de parceiros.

Neste sentido, Marteleto (2001) e Fontes (2006) enfatizam o papel preponderante dos movimentos sociais na gênese das ONGs, tanto no Brasil como em toda a América Latina. Nesta visão, o esvaziamento na participação dos movimentos sociais estaria ligado ao distanciamento da política praticada pelas elites dirigente junto aos setores organizados da sociedade (movimentos sociais). Tal distanciamento teria contribuído para que os movimentos sociais perdessem a capacidade de articular as demandas populares. Em consequência deste processo de distanciamento, Gohn (2000) acredita que as camadas dirigentes dos movimentos sociais acabaram por se distanciar de suas bases, convergindo para a formação de ONGs.

1.6 - A Origem Política e a Força Econômica das Organizações da Sociedade Civil na América Latina e no Brasil

Mendes (1999) afirma que o debate sobre o ressurgimento da sociedade civil no Brasil coincide com a ocorrência deste movimento em toda a América Latina. Isto teria ocorrido pelo fato de que a formação e atuação das organizações da sociedade civil terem seguido um mesmo caminho histórico-político após a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, o surgimento da sociedade civil em toda a América Latina se deveria ao domínio estabelecido pelas redes assistenciais controladas principalmente pela Igreja Católica e por agências internacionais oriundas dos países do Hemisfério Norte, que encontraram na América Latina, dominada por governos militares, o campo ideal para ampliar e consolidar sua influência.

Tenório (1999) enfatiza que a existência das ONGs no Brasil pode ser traçada à década de 1950, ainda que com denominações diversificadas (i.e., entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos, Casas de Misericórdia), ainda que normalmente atreladas a instituições de cunho assistencialistas ligadas à Igreja Católica e também a organizações profissionais (e.g., sindicatos e grêmios). Mendes (1999) indica que no período compreendido entre a ditadura de Getúlio Vargas e o Golpe Militar de 1964, a sociedade civil brasileira começou a se organizar com o auxílio de um grande número articuladores políticos fortemente influenciados por intelectuais. Mendes acrescenta que durante o período que precedeu à tomada do poder pelos militares em 1964, os investimentos nas áreas sociais estavam concentrados nas mãos do Estado. Assim, os governos daquele período teriam buscado sufocar qualquer nicho organização por parte da sociedade civil.

Por outro lado, Fraga (2003) nota que durante a década de 70, as ONGs começaram a desenvolver um papel de mediação e apoio à ação dos movimentos sociais junto aos diferentes governos autoritários que existiam em toda a América Latina. Este perfil de atuação teria sido novamente modificado na década de 1980, quando as ONGs começaram a abrir espaços para novas discussões temáticas que incluíam as preocupações acerca do meio ambiente, e das lutas contra discriminação de minorias, etnias, direitos das mulheres e a liberdade sexual.

Do ponto de vista econômico, as ONGs latino-americanas desempenharam o papel de agentes receptores e direcionadores de grandes somas investimentos advindo dos principais governos e agências financiadoras do Hemisfério Norte. Mac Donald (1995) indica que os investimentos chegados na América Latina através de ONGs internacionais que somavam US\$ 1,0 bilhão em 1970, saltaram para US\$ 7,2 bilhões em 1990. Este montante de investimentos foi responsável por um grande impulso e desenvolvimento na América Latina. Em alguns casos, os investimentos das ONGs internacionais teriam sido tão maciços que as ONGs latino-americanas teriam conseguido angariar um volume investimento maiores que muitos Estados nacionais conseguiam de fontes similares. No entanto, Tenório (1999) argumenta que a força econômica das ONGs começou a refluir em função de uma expressiva diminuição dos investimentos feitos na América Latina na década de 1990. Tenório acredita que esta diminuição teria sido fruto da reorientação de investimentos que se seguiu à derrocada do socialismo real no Leste Europeu, que teria aberto um novo campo preferencial para os investimentos das agências de financiamentos internacionais.

1.7 - Mudanças Recentes na Legislação e seus Impactos sobre a Criação e Financiamento das ONGs

No Brasil, o conceito ONG está historicamente ligado à insígnia de “sociedade civil sem fins lucrativos” no que se refere à sua conformação legal. Landim (1993) afirma que as organizações sem fins lucrativos são reconhecidas pelo código civil brasileiro desde 1916 enquanto pessoas jurídicas de direito privados sem fins econômicos. No entanto, dado que o final da década de 1990 foi marcado pela reaproximação e a tentativa de uma regulamentação das parcerias entre o Estado e sociedade civil organizada, houve uma reorientação jurídica para disciplinar as atividades das ONGs. Esta regulamentação se deu através da Lei nº. 9.790 de março de 1999. Leite (2003) afirma que na Lei nº. 9.790 houve o reconhecimento da importância dos trabalhos das Organizações da Sociedade Civil, principalmente junto aos

setores marginalizados da sociedade. A partir desta Lei, as organizações da sociedade civil que foram reconhecidas enquanto prestadoras de algum trabalho voltado para o bem comum, passaram a ser formalmente reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). O período de aprovação da Lei nº. 9.790 coincide com as reformas realizadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso que visavam ao enxugamento das funções do Estado brasileiro, o que efetivamente marca o início da implementação do paradigma neoliberal no Brasil.

A Lei nº. 9.790 também veio regulamentar a participação de organizações inseridas dentro do chamado “Terceiro Setor”. Thompson (2002) inclui dentro do terceiro setor todas as instituições sem fins lucrativos que afirmam perseguir propósitos de interesse público. Oliveira e Haddad (2001) argumentam que na prática a Lei nº. 9.790 veio reconhecer a expansão do setor que se configurava como uma nova “esfera pública não estatal”. Deste modo, após aprovação da Lei nº. 9.790, entidades não-filantrópicas³ passaram a poder utilizar de recursos públicos para a elaboração de projetos, o que só era permitido anteriormente para as instituições classificadas como filantrópicas. Além disso, as formas de aplicação de recursos públicos também ficaram mais flexíveis. Um exemplo foi a liberação da remuneração para os diretores das organizações filantrópicas, que era proibido pela lei anterior.

Deste modo, Leite (2003) afirma que a implementação da Lei nº. 9.790, representou a confirmação da postura do Estado brasileiro de distribuir responsabilidades de gerenciamento e de execução de políticas públicas, principalmente aquelas dotadas de caráter assistencial. Neste sentido, é possível identificar uma relação entre o advento da Lei nº. 9.790 e o afrouxamento dos mecanismos burocráticos, o que acabou por facilitar a criação de ONGs. Um outro aspecto importante da Lei nº. 9.790 foi a busca de transparência no uso de recursos públicos pelas organizações da sociedade civil já que com a relativa autonomia que lhe foi dada, a expectativa era de que haveria um aumento no processo de verificação destes recursos.

³ Estão incluídas neste rol de organizações, entidades de defesa dos direitos humanos, de proteção ao meio ambiente e de oferecimento de modelos alternativos de crédito.

1.8 - ONGs como atores principais na formulação de políticas públicas de cunho ambiental

Viola (1987) remete o crescimento das preocupações com a ecologia mundial ao ano de 1972, quando foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia. Naquela conferência, os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico foram, pela primeira vez, colocados como sendo um problema global. Viola aponta que em função da crise ecológica global, cujos impactos foram acrescidos pela incapacidade dos atores políticos tradicionais em oferecer soluções imediatas, originaram um campo político especificamente ambiental, onde as ONGs passaram a desempenhar um papel central. Ferreira (1999) acredita que a ação das ONGs foi fundamental para a criação de uma nova esfera de atuação política, onde o desenvolvimento de projetos de pesquisa e experiências de gerenciamento alternativo ao modelo estatal, terminaram por estreitar parcerias entre os níveis local e global, o que serviu para aumentar a transparência no processo de tomada de decisões.

De forma similar, Leis (1999) indica que o ambientalismo trazido pelas ONGs seria resultado de uma importante mudança de valores na Sociedade Civil, que incluíam propostas de drásticas transformações na economia, nos estilos de vida e no comportamento reprodutivo da humanidade em escala global. Neste sentido, Jacobi (2003) aponta para a existência de uma clara demanda para que a sociedade esteja mais motivada a assumir um papel mais propositivo, de modo a questionar de forma concreta a falta de iniciativa do Estado na implementação de políticas orientadas pelo binômio sustentabilidade-desenvolvimento econômico. Este fato seria especialmente premente porque se dá num contexto de crescente dificuldade para a inclusão dos marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista. Além disso, existem argumentos apontando para o fato de que a construção de sociedades ambientalmente sustentáveis requer a transposição de barreiras que impeçam o reconhecimento da necessidade intrínseca de que existam ambientes saudáveis que possibilitem a sustentação humana.

Por outro lado, Lima (2002) afirma que a década de 1990 trouxe novas preocupações e demandas que foram amplamente apoiadas pelas ONGs, passando a assumir em suas agendas políticas, preocupações com a ecologia, o meio ambiente, a democratização, o desenvolvimento, a diversidade cultural, e a busca da sustentabilidade. De forma similar, Ferreira (1999) e Viola (1987) argumentam que o surgimento dos movimentos ambientalistas foi seguido de forma concomitante pela formulação de um ideário de uma nova sociedade

fundamentada em valores ecológicos e no respeito pelo meio ambiente. Neste sentido, Ferreira e Viola apontam para o fato de que o movimento ecológico não visava apenas a uma mudança nas atitudes, e sim uma mudança que englobaria toda a estrutura social e as estruturas de pensamento humano. Além disso, a abertura das ações focais das organizações sociais, principalmente no final da década de 80 e início da década de 90 teria servido para consolidar a opção das ONGs ambientalistas em torno das preocupações com o crescimento sustentável e as questões ambientais para a cena política. Deste modo, Oliveira e Haddad (2001), argumentam que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1992 (Rio 92) tornou-se um marco para o reconhecimento das ONGs no Brasil. Oliveira e Haddad acreditam que a realização da Rio 92 na cidade do Rio de Janeiro trouxe de vez as preocupações ambientais para o debate cotidiano, o que terminou por realçar e publicizar o trabalho das ONGs de cunho ambientalista em todo o território brasileiro. O documento final assinado pelos governos participantes da Rio 92 ficou conhecido com a Agenda 21⁴.

Uma repercussão da assinatura da Agenda 21 foi um aumento da interação entre o Estado e as organizações ambientais. Segundo Kronemberger *et al* (2005), uma repercussão indireta desta interação foi o surgimento de ONGs que visam áreas específicas de atuação com abrangência essencialmente local. Por outro lado, os impactos causados pela atuação dessas ONGs começaram a ser sentidos apenas recentemente, quando as cobranças por ações que dessem maior ênfase à políticas públicas de cunho ambiental começaram a chegar aos níveis mais baixos das esferas de governo.

1.9 - Delimitando o objeto de estudo: a ONG Puris de Ecologia

Segundo Souza e Berna (2002), a ONG Puris tem por objetivo principal a defesa e a preservação do meio-ambiente, o incentivo e apoio a cultura e artes em geral, com a missão de alcançar uma melhor qualidade de vida através, principalmente, de trabalhos de educação ambiental. Apesar de declarar sua área de atuação como sendo a região Norte e Noroeste Fluminense, a ONG Puris tem sua sede localizada no Município de Itaperuna desde sua

⁴ No texto da Agenda 21 foram incluídas medidas que, em tese, visavam ao desenvolvimento sustentável através da criação de mecanismos que garantissem a implementação de políticas públicas construídas a partir de uma ênfase com caráter humanístico, holístico, democrático e participativo principalmente nas questões que dizem respeito diretamente ao meio ambiente e à educação ambiental. Neste sentido, a agenda 21 não foi um termo de compromisso que visa apenas à preservação do meio ambiente, ela também tem o caráter de privilegiar o agente humano como um dos principais causadores dos problemas ambientais e por conseqüência um dos mais afetados pelos problemas causados por ele próprio.

criação em 1998. Deste modo, ao longo de sua história, a ONG Puris de Ecologia tem tido como foco de atuação a defesa do Rio Muriaé⁵ e o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

De forma a analisar os impactos da ação da ONG Puris no desenvolvimento da consciência ambiental e da formulação de políticas públicas de cunho ambiental no Município de Itaperuna, buscou-se verificar como as interações entre a sociedade civil organizada e o Estado se traduzem, ou não, na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental. A relevância deste estudo é realçada pelo fato de que as questões relacionando proteção ambiental e desenvolvimento social tem historicamente ocupado um espaço secundário nas discussões políticas locais. Neste sentido, o presente estudo foi organizado de modo a responder as seguintes questões de pesquisa:

- Em que medida o surgimento e atuação da ONG Puris afetou o grau de consciência em torno dos problemas ambientais e a formulação de políticas públicas para resolvê-los no Município de Itaperuna?
- De que forma se dão as interações entre a ONG Puris e o poder público municipal, e até que ponto prevalecem estratégias de cooperação ou de competição?

⁵ O Rio Muriaé é o mais importante curso d água da região Noroeste Fluminense

CAPÍTULO 2

2.1 Metodologia

2.1.1 - Caracterização da Área de Estudo

2.1.1.1 - Aspectos Geográficos

O Município de Itaperuna atualmente, conta com uma área de 1.109,5 Km², fazendo divisa com o estado de Minas Gerais e com os seguintes Municípios do estado do Rio de Janeiro: Italva, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade, São José de Ubá, Cambucí e Miracema (Figura 1).

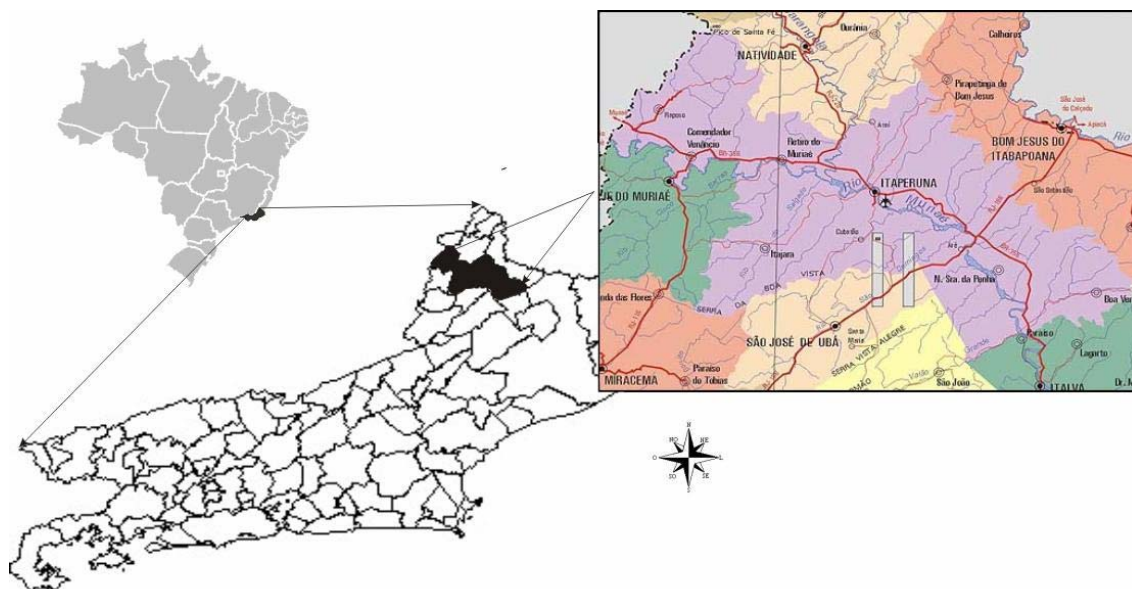


Figura 1 - Localização do Município de Itaperuna

Fonte: Autor

O Município de Itaperuna se destaca com sua posição geográfica privilegiada que a habilitou a se tornar um centro regional de grande influência na região Noroeste Fluminense. A população municipal era de 92.183 habitantes em 2005, com 89% compostos de residentes da área urbana (Figura 2). No que tange ao turismo, Itaperuna tem no distrito de Raposo um importante parque de águas para onde afluem visitantes de todas as partes do estado. Além

disso, o Município de Itaperuna também vem se consolidando como um pólo universitário privado que inclui seis instituições de nível superior⁶ e cerca de vinte cursos de graduação.



Figura 2 - Vista panorâmica do centro de Itaperuna, tendo o Rio Muriaé como principal elemento de controle geográfico da sua expansão.

Fonte: Autor

Por outro lado, uma decorrência da alta concentração urbana, que é um reflexo da alta taxa de concentração de terras e de renda – onde os 20% mais ricos concentram 59,3% (TCE-RJ, 2005), o Município de Itaperuna vem enfrentando problemas que até então estavam sujeitos apenas aos grandes centros urbanos, tais como: favelização, falta de saneamento básico e altas taxas de desemprego.

Neste contexto de formação histórica e de contradições na vida urbana, o presente estudo visou enfatizar o nível de participação da sociedade civil organizada e suas interações com o poder público municipal e com o restante da população. A necessidade de estudar as inter-relações entre sociedade civil organizada de Itaperuna - via as ações da ONG Puris de Ecologia e o poder público municipal, se deve ao fato de que historicamente a constituição do Município de Itaperuna ter sido marcada por grandes transformações na configuração econômica e social com reflexos diretos no meio ambiente e na sua organização sócio-espacial.

⁶ Universidades Públicas: UFF, FUNITA e CEDERJ(mantida com recursos da prefeitura e do Governo do Estado).

Universidades Particulares: UNIG, Faculdade Redentor e Fundação São José

Um dos maiores problemas ambientais que assola o Município de Itaperuna, são as cheias do Rio Muriaé que ocorrem com intervalos de tempo bastante reduzidos e cada vez com maior intensidade. Segundo Diniz (1985) as grandes cheias que assolaram Itaperuna no decorrer da história do município, sendo as que causaram maiores transtornos foram as dos seguintes anos: 1841, 1896, 1906 (sendo a maior registrada até então), 1909, 1916 e 1943. No entanto as cheias de 1979 e 1997, das que se têm registro, foram as que causaram maiores transtornos e vítimas desabrigadas, levando as autoridades municipais a decretar Estado de Calamidade Pública.

A ocupação urbana na sede do Município de Itaperuna se deu de maneira a acompanhar o contorno do Rio Muriaé (Figura 3).

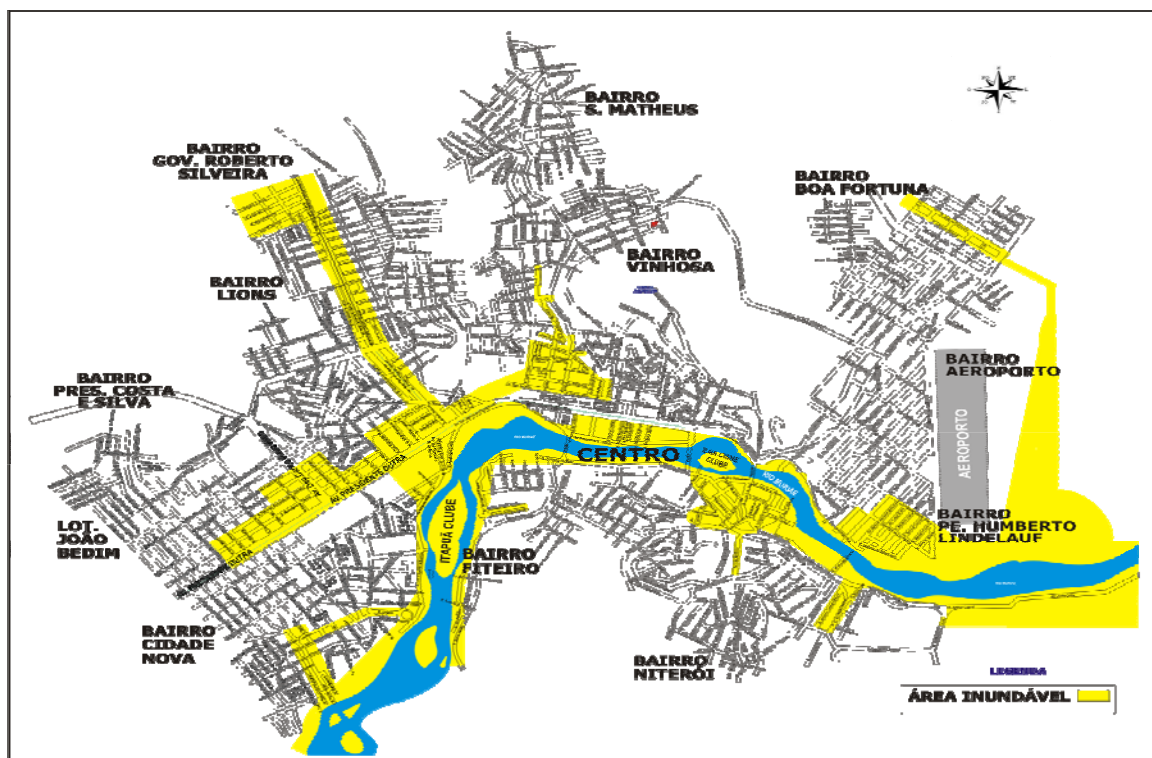


Figura 3 - Mapa da sede do Município de Itaperuna, em destaque as áreas inundáveis pelo rio Muriaé.

Fonte: Defesa Civil de Itaperuna

A ocupação urbana feita de forma desordenada das margens do Rio Muriaé, com a obstrução de valões e córregos, o lançamento de esgoto e lixo nos rios e valões, acabaram por agudizar os problemas das cheias do Rio Muriaé, já que as ocupações se deram principalmente em área onde rotineiramente ocorria o avanço do rio nos períodos de cheia.

2.1.1.2 - Aspectos Histórico-Econômicos

A área que hoje compreende o Município de Itaperuna foi desbravada por José de Lannes Brandão em 1834 estabelecendo no local o Arraial de “Porto Alegre”, que posteriormente foi elevado a categoria de Vila de Itaperuna pelo Decreto nº. 2810, de 24 de novembro de 1885, circunscrita a comarca de Campos dos Goytacazes. No ano de 1887 a Vila de Itaperuna foi elevada a condição de freguesia de São José do Avaí. A condição de cidade só foi reconhecida a partir do Decreto de nº. 2, de 6 de dezembro de 1889, abarcando os municípios conhecidos hoje como: Porciúncula, Varre-Sai, Bom Jesus do Itabapoana e Purilandia. Em 1938 através do Decreto Lei nº. 633 de 14 de dezembro, é desmembrado o Município de Bom Jesus do Itabapoana e em 1947 a Lei Estadual nº.6 de 11 de agosto desmembrou por sua vez a atual área que compreende os municípios de Natividade e Porciúncula. O Município de Itaperuna só a partir da Lei nº. 5045 de 7 de março de 1962, onde foi criado o Município de Laje do Muriaé, que tomou a atual configuração territorial (Diniz, 1985).

No que tange aos impactos advindos dos ciclos econômicos sobre os processos de transformações ambientais em Itaperuna, destaca-se que o município inicialmente teve o predomínio da pecuária que se desenvolveu em grandes fazendas até o final do século 18. No entanto, com o início do ciclo do café no Brasil no século 19, a ocupação das áreas agriculturáveis pelas lavouras cafeeiras se deu de uma forma mais uniforme e trouxe algum desenvolvimento para o município. Assim, este modelo de desenvolvimento foi acompanhado pela devastação de grandes áreas da Mata Atlântica que existiam no município. Após o declínio do ciclo do café, que ocorreu na primeira metade do século 20, Itaperuna começou a sofrer um forte processo de retrocesso econômico. A partir deste período, o foco da produção econômica voltou-se para a pecuária bovina de corte, que passou a ocupar o espaço que antes era destinado às lavouras cafeeiras. A pecuária leiteira foi estimulada pela fábrica de leite em pó Glória que se estabeleceu no município em março de 1960.

A partir de 1970, o Município de Itaperuna sofreu uma estagnação no seu processo de desenvolvimento econômico, alcançando um crescimento médio de apenas 1,1% entre as décadas de 70 e 90, valor abaixo do nível estadual que alcançou 1,3 % no mesmo período (TCE-RJ, 2005). Esta estagnação foi um reflexo da alta dependência da pecuária bovina de corte e leiteira (o que fez com que a economia municipal ficasse altamente vulnerável às variações dos preços de mercado desses gêneros) e no setor de serviços e comércio. Apenas a partir da década de 1990, foi que o município começou a diversificar sua economia, através de

programas do governo estadual como o Frutificar e através da instalação de universidades privadas. Um outro fator que deu impulso à economia municipal, principalmente ao seu setor público, foi a promulgação da Lei nº. 9.478 de 6 de agosto de 1997 (também conhecida como a Lei do Petróleo) que permitiu a chegada de recursos financeiros oriundos dos royalties da exploração de petróleo na Bacia de Campos. O valor do repasse de royalties correspondem a 11% das receitas da PMI no ano de 2004 (TCE-RJ, 2005).

2.2 - Instrumentos de Coleta de dados.

Os dados desta pesquisa foram coletados a partir da aplicação de um questionário composto por 24 questões fechadas e por 7 questões abertas (Anexo 3), e que foi aplicado aleatoriamente entre a população que residia nos bairros mais populosos de Itaperuna, no período de outubro de 2005 e maio de 2006 (Tabela 1). Anteriormente o questionário foi submetido a um pré-teste, onde foi verificado eventuais erros e corrigidos posteriormente.

Tabela 1 - Distribuição dos questionários por Bairros de Itaperuna

Bairros	Nº. de questionários	(%)
Cidade Nova	18	18,4
Aeroporto	17	17,3
CEHAB	16	16,3
Vinhosa	16	16,3
Bairro Niterói	12	12,2
Presidente Costa e Silva	11	11,2
Centro	8	8,2
Total	98	100

As perguntas inseridas no questionário procuravam obter os seguintes dados sobre os entrevistados e os membros de seu núcleo familiar:

1. características demográficas do domicílio;
2. nível educacional e de renda do domicílio;
3. percepção de problemas ambientais no município;
4. identificação das responsabilidades acerca da resolução dos problemas ambientais;
5. nível de associativismo, e.
6. grau de reconhecimento dos trabalhos da ONG Puris.

Após a aplicação dos questionários, esses foram tabulados em um programa estatístico (SPSS). Após a finalização da tabulação foi feita a análise estatística dos dados que foram coletados a partir de perguntas fechadas. Os dados coletados por perguntas abertas foram categorizados, de forma que fosse identificado a ótica dos indivíduos sobre os aspectos e percepções sobre a realidade ambiental de Itaperuna e sobre participação organizada da sociedade nas esferas decisórias do Estado e da sociedade civil.

Uma segunda forma de obtenção de dados foi a realização de entrevistas, que foram realizadas com o Prefeito de Itaperuna (Anexo 1) e com o presidente da ONG Puris (Anexo 2). Estas entrevistas estruturadas continham perguntas que se destinavam a obter e estabelecer os discursos das lideranças máximas do poder público municipal e da ONG Puris acerca das responsabilidades sobre o tratamento das questões ambientais, bem como identificar as visões formuladas pelos dois segmentos acerca da cooperação entre o Estado e a sociedade civil. Por outro lado, a entrevista com o presidente da ONG Puris incluiu perguntas que visavam coletar informações acerca das principais ações realizadas pela organização, bem como obter uma avaliação acerca das políticas ambientais adotadas pelo poder público municipal.

As entrevistas com o prefeito de Itaperuna Sr. Jair de Siqueira Bittencourt Jr. e com o diretor da ONG Puris, Sr. Flávio Lemos, foram realizadas respectivamente nos dias, 26 de maio de 2006 e dia 12 de junho de 2006. Além disso, o secretário municipal de Meio Ambiente de Itaperuna, Sr. Sérgio Salgado, foi contatado diversas vezes, sem que se tivesse conseguido realizar a entrevista. Ambas as entrevistas foram gravadas em arquivo digital, e foram transcritas imediatamente após a realização das mesmas. Após as transcrições, as respostas foram reunidas em um quadro, no qual foi dado ênfase apenas aos trechos das falas em que respostas diretas à questão apresentada tivessem sido oferecidas pelo entrevistado. Esta metodologia de análise qualitativa segue as orientações apresentadas por Gaskell (2002). Neste sentido, as entrevistas foram analisadas da forma a possibilitar:

- (1) o entendimento do discurso do poder público municipal e da ONG Puris sobre a realidade ambiental em Itaperuna;
- (2) o estabelecimento de uma comparação acerca do tratamento das questões ambientais entre o poder público municipal e a ONG Puris;
- (3) a verificação da existência, ou não, de inter-relações nas ações do Estado e da sociedade civil, e
- (4) a verificação das percepções acerca da efetividade e qualidade das ações feitas por cada um dos lados na busca de soluções dos problemas ambientais de Itaperuna.

CAPÍTULO 3 - A Problemática Ambiental sob a Ótica dos Atores Políticos Centrais e da População

3.1 – Os papéis e estratégias formuladas pelo Estado e pela Sociedade Civil para a Identificação e Solução dos Problemas Ambientais em Itaperuna

A análise das entrevistas realizadas, com o prefeito de Itaperuna – Sr. Jair Bittencourt Junior – e com o diretor da ONG Puris – Sr. Flavio Lemos, demonstra que há um relativo distanciamento entre as visões de preservação ambiental. O principal ponto de contradição que foi verificado pela análise das entrevistas foi o não reconhecimento mútuo dos trabalhos realizados pelas diferentes esferas (i.e., Estado e sociedade civil). A principal dificuldade para que haja tal reconhecimento mútuo parece estar ligada à forma com que cada ator social estabelece um modelo ideal para o tratamento da questão ambiental. Esta dificuldade é ainda agravada pelo tipo de relacionamento que ambos mantêm entre si, ou seja, no quais os processos de cooperação ou enfrentamento nem sempre parecem ser adequadamente dimensionados na de tomada de posições por cada um dos lados.

A visão apresentada pelo prefeito de Itaperuna no que se refere à estratégia de ação dos órgãos oficiais é marcada por um forte pragmatismo no que tange às propostas para o tratamento das questões ambientais em Itaperuna. Isto aparece de forma objetiva na dificuldade de tratar os problemas ambientais de forma compreensiva, ou seja, de quais critérios devem ser adotados para identificar causas, conseqüências e possíveis soluções para os problemas ambientais existentes no município. A análise da entrevista do Sr. Jair Bittencourt Junior revelou que há um reconhecimento de que os problemas são de natureza estrutural, ou seja, existe uma cadeia de acontecimentos que geram esses problemas. Além disso, há um reconhecimento de que estes problemas estão imersos numa determinada temporalidade. Isto aparece claramente quando o Sr. Bittencourt argumenta que os problemas foram gerados anteriormente ao surgimento do interesse pelas questões ambientais, e por esse motivo são de difícil solução. Um exemplo dado para ilustrar esta dificuldade da temporalidade foi o processo de desmatamento das matas que existiam na região.

A partir desta visão pragmática é que se daria a execução de diversos projetos que estão em fase de execução, de forma a amenizar ou solucionar alguns problemas ambientais existentes em Itaperuna. Neste sentido, Sr. Bittencourt Junior salientou ainda que a Prefeitura Municipal de Itaperuna (PMI) encara o não tratamento dos esgotos, que são jogados *in*

*natura*⁷ no Rio Muriaé, por residências e indústrias, como um dos maiores problemas ambientais a serem resolvidos pela sua administração. Desta forma, a construção de uma rede de saneamento básico dentro do município é vista como um dos principais pontos para uma melhoria da questão ambiental.

A ênfase no tratamento de esgotos parece revelar um entendimento de que os problemas ambientais são mais adequadamente encarados como estruturais, no mesmo plano da saúde pública, habitação e infra-estrutura. Esta visão pragmática serve ainda para justificar a inexistência de um orçamento específico para a questão ambiental em Itaperuna. Esta ausência foi justificada pelo Sr. Bittencourt ao indicar que:

“Hoje o município tem um orçamento destinado ao meio ambiente, que se confunde muitas vezes com o da saúde, o da obra (secretarias) (...) muitas vezes esse orçamento não é vinculado ao meio ambiente, é vinculado à secretaria de obras, e é obra ambiental.”

No que se refere a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o orçamento do Município de Itaperuna previsto para 2005, destinava-lhe um montante de R\$ 268.000,00. No entanto, visto que o orçamento total do município previsto para 2005 era de 94 milhões de reais, desses apenas 0,29 % do orçamento seriam destinados para o tratamento das questões ambientais em Itaperuna. Deste modo, a Secretaria de Meio Ambiente tem o terceiro menor orçamento dentre as secretarias do Município de Itaperuna. Além disso, a análise do orçamento municipal indica que a prefeitura municipal trata a questão ambiental de forma fragmentada, distribuindo entre diversas secretarias a responsabilidade no tratamento das questões ambientais no município. Assim sendo, o montante distribuído entre as secretarias que mantêm projetos com influência direta sobre o gerenciamento e conservação ambiental chega a R\$ 804.000,00, ou seja, 0,9 % do orçamento previsto para o ano de 2005 (Folha de Itaperuna, 2004). A fragmentação orçamentária implica no enfraquecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que é efetivamente aquele que poderia ter a capacidade de gerir de forma integrada os recursos destinados a preservação e manutenção do meio ambiente em Itaperuna.

No que se refere ao entendimento da ONG Puris sobre os problemas ambientais de Itaperuna, as respostas dadas pelo Sr. Flávio Lemos demonstram que há uma visão similar sobre qual é o maior problema ambiental de Itaperuna, ou seja, remover os problemas comprometendo a preservação do Rio Muriaé. O Sr. Lemos assinalou que os trabalhos da ONG giram essencialmente em torno da preservação do Rio Muriaé. Além disso, a

⁷ Sem nenhum tipo de tratamento prévio.

preservação do Rio Muriaé seria o ponto principal das demandas pela organização junto ao poder público municipal. Por outro lado, a partir de uma visão de que as ações do poder público municipal são insuficientes para sanar os problemas existentes no Rio Muriaé é que a ONG Puris buscou se apresentar como peça chave no que tange a aumentar a pressão popular na solução dos problemas ambientais existentes em Itaperuna. A entrevista do Sr. Lemos que revela um entendimento de ONG Puris atuaria como um elo estabelecido entre os anseios da sociedade nas questões ambientais e o poder público municipal.

De forma coerente com este entendimento, o Sr. Lemos frisou que a grande conquista, em termos práticos, das ações realizadas pela ONG Puris ao longo de sua história esta diretamente relacionada à tomada de medidas para garantir a preservação do Rio Muriaé. Uma prova desta centralidade da luta pela preservação do Rio Muriaé foi a exitosa ação da ONG Puris que teria sido a determinação pelo Ministério Público Federal para que a Prefeitura de Itaperuna revitalizasse e instalasse separadamente as redes de águas pluviais e de esgoto no Bairro Frigorífico. Neste sentido, o Sr. Lemos afirmou que

“Há cerca de cinco anos atrás nós fizemos uma matéria de televisão, com a TV Serramar. Essa matéria denunciava o esgoto ilegal de uns dos frigoríficos daqui da nossa cidade. Nós mostramos praticamente o rio inteiro vermelho de sangue, em determinada época. Essa matéria foi para o Globo Rural, e foi divulgada em caráter nacional pela TV Globo (...) Então em conseqüência disso também a Prefeitura foi obrigada a assinar um TAC (termo de ajustamento de conduta) com o Ministério Público Federal, aonde ela foi obrigada a instalar rede pluvial e rede de esgoto”.⁸

Neste sentido, há um reconhecimento implícito de que um grande êxito da ação da ONG Puris esteve relacionado à capacidade de sensibilizar e engajar a mídia na denúncia de problemas ambientais. Este reconhecimento, refletiu-se de certo saudosismo quantos às realizações da ONG Puris, onde supostamente a organização teria conseguido garantir uma maior inserção dos seus trabalhos junto à população a partir do trabalho feito junto à mídia. Por outro lado, o Sr. Lemos indicou que a partir da capacidade de transformar o processo de denúncia em um instrumento de pressão eficiente na busca de solução dos problemas ambientais de Itaperuna, a ONG Puris teria se apresentado como um ator legítimo para fiscalizar e denunciar a forma de tratamento pelo poder público municipal das questões ambientais em Itaperuna. Esta ação que mistura denúncia e fiscalização das ações do governo municipal explicaria em grande parte as dificuldades de custeio pelos quais a ONG Puris vem

⁸ Flávio Lemos, Diretor da ONG Puris de Ecologia. Entrevista concedida ao autor em Junho de 2006

passando atualmente. Tal possibilidade está de acordo com os argumentos de Gohn (2000) que apontou para o fato de que movimentos sociais mais combativos não têm nenhuma garantia de participação nas novas políticas, porque não teriam uma formatação que seja condizente com a exigência de política de parcerias.

3.1.2 – Estado, sociedade civil e a questão da (falta de) participação popular na solução de problemas ambientais em Itaperuna

No que se refere à solução dos problemas existentes em Itaperuna, o Sr. Bittencourt Junior indicou que seria necessário existir uma interação entre a sociedade civil organizada e o poder público municipal. Esta cooperação seria importante para superar a visão predominante que o Estado é responsável pelas soluções de problemas que têm implicância individual.

Por outro lado, o Sr. Bittencourt Junior argumentou que parte da população de Itaperuna historicamente procura os órgãos públicos para a resolução de pequenos problemas que quase sempre estão nas esferas individuais, ou ainda para pedir favores pessoais. Já questões de cunho coletivo (e.g., acompanhar reuniões da Câmara Municipal, dos diferentes Conselhos municipais) seriam negligenciadas pela maior parte da população. Uma estratégia para superar este padrão de relacionamento seria a realização de projetos⁹ que começarão a ser implementados pelo poder municipal, onde será incentivada a participação da população na elaboração de políticas públicas.

Já na visão expressa pelo presidente da ONG Puris, a população de Itaperuna já possui uma visão crítica sobre os problemas ambientais existentes. Deste modo, o papel da ONG Puris seria justamente o de dar publicidade aos questionamentos e discussões existentes em torno dos problemas ambientais. Além disso, o Sr. Lemos frisou que a ONG Puris tem por opção atuar como um “porta voz” da população nas questões ambientais. Neste contexto, a participação popular seria estratégica para assegurar a difusão e reprodução dos ideais propugnadas pela organização. Para alcançar este objetivo, o Sr. Lemos indicou a necessidade da construção de parcerias com a população, para que esta participe ativamente nas discussões sobre problemas que exercem influência direta sobre a sua qualidade de vida.

⁹ O prefeito Jair Bittencourt, em sua entrevista fez questão de enfatizar dois principais projetos, na gestão ambiental, que teriam financiamento do Banco Mundial (Bird) e outro teria financiamento do Estado do Rio de Janeiro, os quais ele espera um maior participação popular e das organizações da sociedade civil.

3.1.3 Visões Contrastantes sobre a Responsabilidade do Estado em Financiar a Ação das Organizações Não-Governamentais Ambientalistas

Uma questão bastante sensível e contenciosa na relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil é certamente a questão do financiamento do setor não-governamental. No presente caso, a posição expressa pelo prefeito de Itaperuna foi bastante explícita. Segundo o Sr. Bittencourt Junior, o financiamento de ONGs não estariam dentro de suas prioridades administrativas. Esta visão ficou explícita quando o Sr. Bittencourt Junior afirmou que:

“Se eu tiver (de escolher) que tirar dinheiro da prefeitura para financiar a ação de uma ONG, eu financio a secretaria”. ... Eu vou à UENF e a UENF faz de graça. Tem a FENORTE, nós temos um parceria com a FENORTE... tem técnicos maravilhosos na FENORTE e não me custa nada. ...Eu acho que a gente tem que trabalhar no sistema de colaboração, e financiamento público eu não sou a favor não”.¹⁰

Ainda no entendimento do Sr. Bittencourt Junior, o relacionamento da PMI junto às ONGs deveria apenas se restringir à colaboração por parte destas organizações nas funções administrativas (cedendo quadros), ou nas discussões em que se faça necessária a contribuição destas organizações. Contudo, mesmo nestes processos de colaboração, ficou explícito que na opinião do Sr. Bittencourt Junior, o direcionamento do processo deveria ficar ao cargo do Estado, especialmente nos casos de implementação e financiamento de políticas públicas. Além disso, o Sr. Bittencourt Junior também salientou que, em sua opinião, uma das principais funções de uma ONG seria trazer investimentos para serem utilizados dentro do município. Na visão do prefeito de Itaperuna caberia às ONGs o papel de captar recursos junto a órgãos de financiamento internacionais.

Por outro lado, o Sr. Lemos revelou que atualmente a ONG Puris conta apenas com o apoio financeiro dos seus próprios membros para a realização de seus projetos. O Sr. Lemos alegou que a falta de pessoal especializado para confeccionar projetos e submetê-los aos agentes financiadores tem sido o principal empecilho para a obtenção de novos financiamentos para viabilizar a realização de novos projetos e para assegurar o crescimento da organização. O Sr. Lemos argumentou que a sobrevivência atual da ONG Puris é garantida

¹⁰ Jair Bittencourt, prefeito de Itaperuna. Entrevista concebida ao autor em maio de 2006

por recursos obtidos através da sua página na rede mundial de computadores¹¹. Uma segunda fonte de renda da ONG Puris seria garantida pelo oferecimento de cursos de pós-graduação a distância, em conjunto com a Universidade Federal Fluminense. Em consonância com o que foi declarado pelo Prefeito de Itaperuna, o Sr. Lemos que a ONG Puris nunca recebeu financiamento de órgãos municipais de Itaperuna, seja para o custeio das atividades cotidianas da organização, ou mesmo para a realização de seus projetos (alguns que inclusive teriam sido realizados de forma conjunta com a prefeitura de Itaperuna).

Segundo o Sr. Lemos, a falta de novos financiamentos causou um refreamento nas atividades da ONG Puris, em que pesa a persistência dos problemas ambientais que afetam o Município de Itaperuna. Uma prova dos impactos da crise financeira sobre a capacidade de funcionamento da ONG Puris foi expressa pelo Sr. Lemos no tocante ao número de associados que efetivamente participam de suas atividades, que teria caído de 30 no período de sua fundação, para em torno de 5 no mês de Junho de 2006.

Apesar de ter reconhecido que os problemas financeiros criaram um importante vácuo na formulação de novos projetos, e mesmo na continuidade dos antigos, o presidente da ONG Puris afirmou que as atividades realizadas em escolas municipais e outras instituições educacionais ainda continuam acontecendo, com os custos bancados pelos poucos associados que delas participam. Este trabalho de educação ambiental tem como principal ferramenta o livro: “O Rio Muriaé e a sua Ecologia – Geografia e História” (Figura 4).



Figura 4 - Livro da ONG Puris.
Fonte: ONG Puris

¹¹ www.ongpuris.org

Segundo o Sr. Lemos, este livro é direcionado para o ensino de Geografia e História, visto que através destas disciplinas fica mais fácil o tratamento do tema transversal que é a questão da educação ambiental. A obra narra ainda a expedição feita pelos fundadores da ONG Puris pelo Rio Muriaé no ano de 1998, logo após a grande enchente que ocorreu no mês de janeiro daquele ano, sendo que essa expedição culminou na criação da organização (Figura 5).



Figura 5 - Expedição da ONG Puris ao Rio Muriaé
Fonte: Livro Puris

Por outro lado, a impressão deste livro revela que os financiadores da ONG Puris envolvem tanto a iniciativa privada como prefeituras, pois sua impressão foi possível por recursos fornecidos pelo setor empresarial e pela Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira. Este fato é demonstrativo de que as dificuldades de relacionamento com o poder municipal em Itaperuna não impediram que a ONG Puris pudesse captar recursos de outras prefeituras de sua região de atuação, ainda que de forma pontual.

3.1.4 – Os problemas na relação Estado e sociedade civil e as diferentes receitas para solucionar os problemas ambientais de Itaperuna

Uma condição básica para que haja cooperação entre o Estado e a sociedade civil organizada é o reconhecimento mútuo dos trabalhos realizados por essas duas esferas. Além disso, na ausência de tal reconhecimento pelos trabalhos realizados, é de se supor que atores de cada um destes lados demonstre vontade de cooperar e empreender parcerias em projetos e iniciativas.

No presente estudo, a análise das entrevistas revelou que tanto o prefeito de Itaperuna, quanto o presidente da ONG Puris reconhecem que existe um distanciamento entre os trabalhos desenvolvidos pelo entes governamentais e não-governamentais. Por um lado, o Sr. Bittencourt Junior declarou desconhecer “*completamente*” o trabalho desenvolvido pela ONG Puris em Itaperuna. Ainda que fosse indagado diversas vezes durante a entrevista sobre seu conhecimento acerca das ações da ONG Puris, as únicas demonstrações feitas pelo prefeito de Itaperuna sobre as atividades da organização se deram através da lembrança de uma manifestação feita pelos membros da organização contra o corte de árvores em um *shopping* de sua propriedade no centro de Itaperuna, e no conhecimento do livro “O Rio Muriaé e a sua Ecologia – Geografia e História”.

Por outro lado, e de forma ainda mais explícita em sua caracterização, o Sr. Lemos declarou que o Poder Público de Itaperuna se constitui como “*o maior entrave para o tratamento das questões ambientais no município*”. O presidente da ONG Puris explicita que sua posição se basearia na avaliação de que a atuação dos órgãos municipais no que tange ao tratamento problemas ambientais existentes é ineficiente. Neste sentido, o Sr. Lemos declarou que :

“...Vou te citar, têm exemplos flagrantes aqui na cidade, que ainda não foram solucionados; um dos quais é esse caso da Parmalat, o aparente transporte ilegal de madeira, o corte ilegal da madeira, a recepção ilegal da madeira. Principalmente no caso do transporte ilegal da madeira, cabe à Secretaria do Meio ambiente estar fiscalizando se essa madeira é certificada, ou não é certificada, se ela pode ser queimada. Também um dos graves problemas é o problema de esgoto da cidade de Itaperuna, eu não vejo nenhuma ação. Então eu não vejo que o poder público municipal tenha capitaneado e oferecido nenhuma solução que possa servir de marca para administração da secretaria”¹²

As palavras do Sr. Lemos entram em choque direto com as assertiva do prefeito de Itaperuna que declarou existir uma alto nível de preocupação em sua administração com a resolução dos problemas ambientais em Itaperuna. O Sr. Bittencourt, declarou que, no entanto, por ser a questão ambiental um elemento recente, os projetos orientados para as soluções de problemas ambientais ainda estão em fase de implementação.

Segundo o Sr. Bittencourt, o governo municipal vem atuando em conjunto com o governo do Estado do Rio de Janeiro para atrair investimentos específicos para a área ambiental. Um dos exemplos desta parceria seria um projeto, cujo orçamento é de 72 milhões de dólares e que foi financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo principal seria a

¹² Flávio Lemos, Diretor da ONG Puris de Ecologia. Entrevista concebida ao autor em junho de 2006

manutenção e a preservação ambiental nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Um outro exemplo desta busca de recursos para investir na proteção ambiental foi um projeto financiado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) no valor R\$ 10 milhões, cujo foco é a preservação ambiental no Município de Itaperuna.

Um ponto interessante a ser frisado é que apesar de possuírem visões que oscilam entre o desconhecimento e a negatividade sobre o papel cumprido por sua contrapartida. Ambos os entrevistados demonstraram uma preocupação (ainda que no nível do discurso) com a necessidade de que haja uma participação elevada da sociedade na elaboração de soluções para os problemas ambientais em Itaperuna. Além disso, ambos também indicaram a questão da educação ambiental como sendo estratégica para que haja uma elevação no grau de participação popular.

3.1.5 Sumário

A partir da análise das duas entrevistas é possível constatar a existência de interessantes paradoxos na relação Estado-Sociedade civil no trato político das questões ambientais em Itaperuna. Um primeiro aspecto observado nas entrevistas é de que a ausência de canais de interação termina por criar ou reforçar pré-conceitos mútuos, que minimizam a contribuição da outra parte. Isto parece contribuir para inibir o estabelecimento de uma ação mais cooperativa, ainda que haja uma similaridade sobre quais são os problemas ambientais em Itaperuna e as possíveis soluções para os mesmos. Um segundo elemento que merece ser frisado é que na ótica do representante do poder público municipal, as organizações não-governamentais deveriam servir como coadjuvantes para que o Estado possa resolver os problemas existentes, sem que haja sequer a necessidade de financiar esta ação por parte da sociedade civil. Assim, não chega a ser surpreendente que as relações políticas estejam tão difíceis entre as duas entidades políticas aqui analisadas. Um terceiro aspecto é que apesar de ambos entrevistados ressaltarem a falta de participação popular como um elemento que impede uma solução mais acelerada dos problemas ambientais, não houve uma clara proposição em nenhuma das entrevistas de quais ações estariam sendo tomadas para aumentar este tipo de participação, ou de quais canais teriam sido criados para permitir o aumento da participação.

3.2 - Análise dos questionários

As seções seguintes têm como objetivo, discutir os dados referentes à amostra da população de Itaperuna obtida através da aplicação de 98 questionários. As principais a serem respondidas aqui na primeira parte são: composição da amostra por faixa etária, renda e nível educacional. Na segunda parte, buscaremos sistematizar e discutir as percepções da população sobre os principais problemas ambientais enfrentados pelo Município de Itaperuna e também identificar junto à população o reconhecimento da ONG Puris e seu trabalho.

3.2.1 - Composição da Amostra por faixa etária, Nível de Instrução e Renda

No que se referem à composição etária dos participantes da amostra, os resultados indicam que os mesmos são majoritariamente adultos, com uma grande concentração nas faixas entre 20 e 69 anos, representando 86,7% da amostra. (Figura 6).

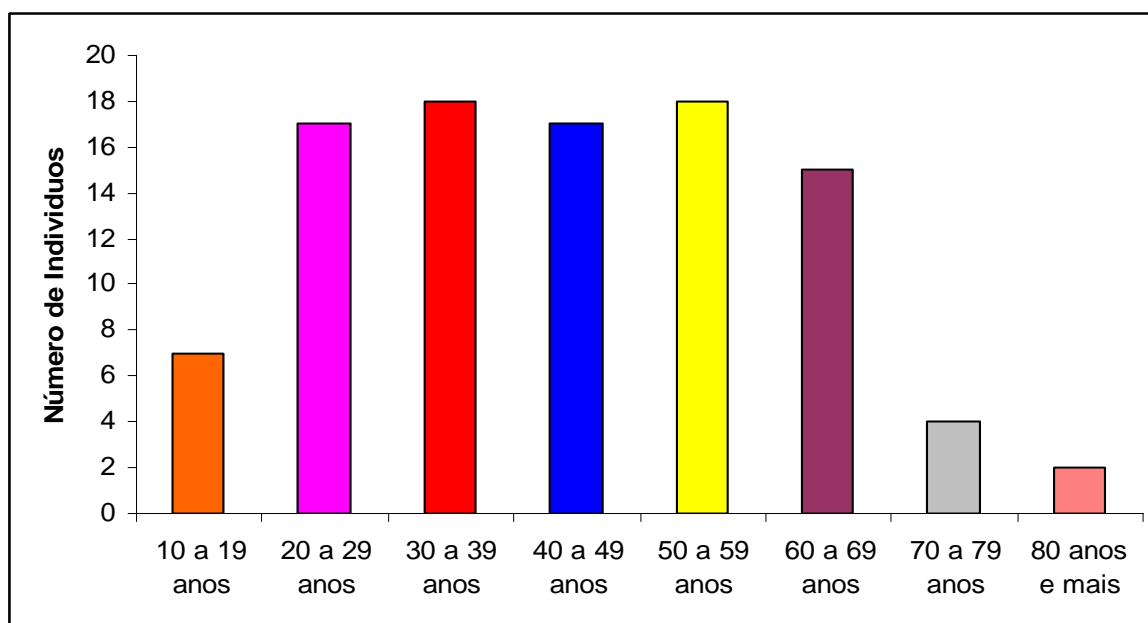


Figura 6 - Faixa etária dos entrevistados

Numa comparação com os dados populacionais do produzidos pelo IBGE (IBGE, 2002) pode-se afirmar que a presente amostra é representativa da população de Itaperunense. Um primeiro aspecto é de que a partir desta amostra, é possível apontar para o fato de que no Município de Itaperuna há a mesma tendência de envelhecimento que está ocorrendo no

restante da população brasileira. Um segundo aspecto da característica etária da presente amostra é de que a questão etária pode ser tratada como significativa ou não no contexto deste estudo para as demais variáveis.

Ainda procurando estabelecer a compatibilidade da amostra com o restante da população, o questionário inclui questões referentes à escolaridade dos participantes (Figura 7).

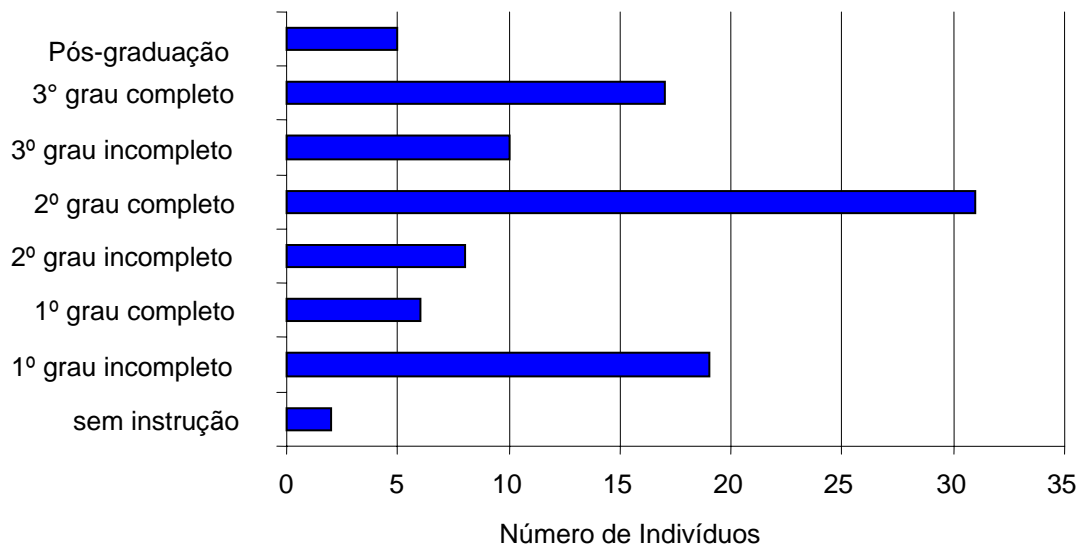


Figura 7 - Nível de Instrução da População Entrevistada

Como no caso das faixas etárias, os resultados encontrados para a presente amostra também são similares aos encontrados no Censo Demográfico realizado em 2000 (IBGE, 2002). Um aspecto a ser ressaltado nesta amostra é que o grande número de escolas de nível médio em Itaperuna parece estar contribuindo para o aumento do nível de escolaridade na população em geral. Além disso, os altos índices de pessoa inseridos no ensino superior (seja como curso superior completos ou incompletos) refletem as mudanças ocorridas em Itaperuna ao final da década de 1990, quando ali foram instaladas diversas instituições de nível superior, dando a este município o *status* de importante pólo educacional da região Norte e Noroeste Fluminense.

Já no se que refere à renda dos entrevistados, os entrevistados declararam níveis de renda que estão ligeiramente acima daqueles obtidos pelo último censo demográfico promovido pelo IBGE (Figura 8).

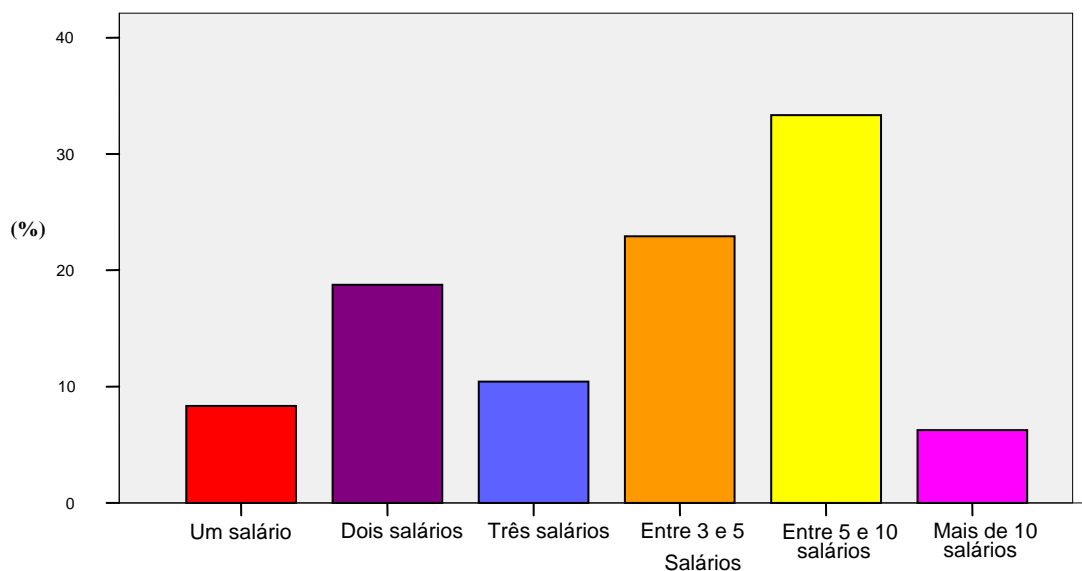


Figura 8 - Faixa de renda da Amostra em Salário Mínimos (%)

Uma explicação para esta diferença apenas na variável renda é de que houve de fato um aumento na renda da população municipal. Uma outra possibilidade alternativa é de que houve uma representação desproporcional de indivíduos com renda acima de 3 salários mínimos na presente amostra. De toda forma, o fato de que a amostra reproduz as mesmas características etárias e educacionais da população será tomado como suficiente para aceitar a presente amostra como representativa do Município de Itaperuna.

3.2.2 – O nível de associativismo da população em Itaperuna

No que se refere ao nível de associativismo, os dados da amostra indicam que o principal vínculo associativo existente em Itaperuna se dá a partir da participação em congregações religiosas, enquanto o vínculo com organizações laicas ou partidárias se dá numa fração minoritária dos respondentes que declaram participar em algum tipo de associação civil (Figura 9).

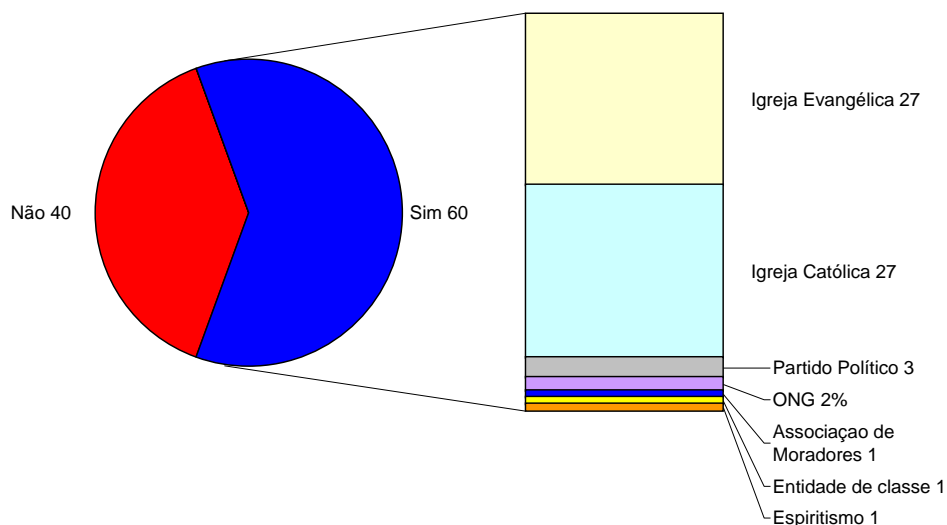


Figura 9 - Participação em organizações sociais (%)

Na literatura referente à conformação orgânica da sociedade civil, as associações religiosas não são vistas exatamente como associações da sociedade civil, já que não se originam de processos que procuram responder às necessidades do mundo político e/ou material. Deste modo, é possível afirmar que em Itaperuna a participação em organizações da sociedade civil é bastante baixa, principalmente no que se refere à participação nas esferas mais próximas das lutas reivindicatórias de indivíduos e comunidades, tais como associações de moradores e sindicatos. O baixo índice de participação em organizações de classe, bairro e partidos políticos parece refletir-se numa dificuldade da população de Itaperuna em pensar e agir de forma organizada e coletiva, afetando inclusive sua habilidade em demandar de forma organizada ao Estado. Tal realidade parece corroborar o argumento de Cohen (2003) que postula que os níveis de individualismo nas sociedades contemporâneas tende a dismantelar grande parte das ações coletivas dentro da sociedade, principalmente sobre aqueles movimentos que têm caráter contestatório.

Um outro fato que apareceu durante a aplicação dos questionários foi o ceticismo demonstrado pelos respondentes quanto à utilidade das instituições políticas nacionais. Ao serem indagados sobre a sua participação em algum partido político, estes demonstravam um grande descrédito e desconfiança sobre o envolvimento político. O alto grau de ceticismo encontrado pode ser um reflexo do fato de que o período de coleta de dados coincidiu com o ápice do processo de denúncias que envolveram o Congresso Nacional na chamada crise do mensalão.

3.2.3 – A problemática ambiental na visão da população e os tipos de engajamento em suas soluções

Um dos aspectos mais importantes desse estudo referiu-se ao estabelecimento do que viria a ser o entendimento da população acerca de um problema ambiental, bem como identificar quais seriam os problemas ambientais considerados mais graves. No que se refere à definição do que constitui um problema ambiental, a natureza aberta das questões apresentadas aos entrevistados para estabelecer esses parâmetros, as respostas foram variadas, seja no tipo como na forma de entendimento do que constituiria um problema ambiental. No entanto, isto não obscureceu o fato de que tomadas em conjunto, a ampla gama de respostas indicaram que os respondentes associam à problemática ambiental elementos visíveis em seu cotidiano (Figura 9).

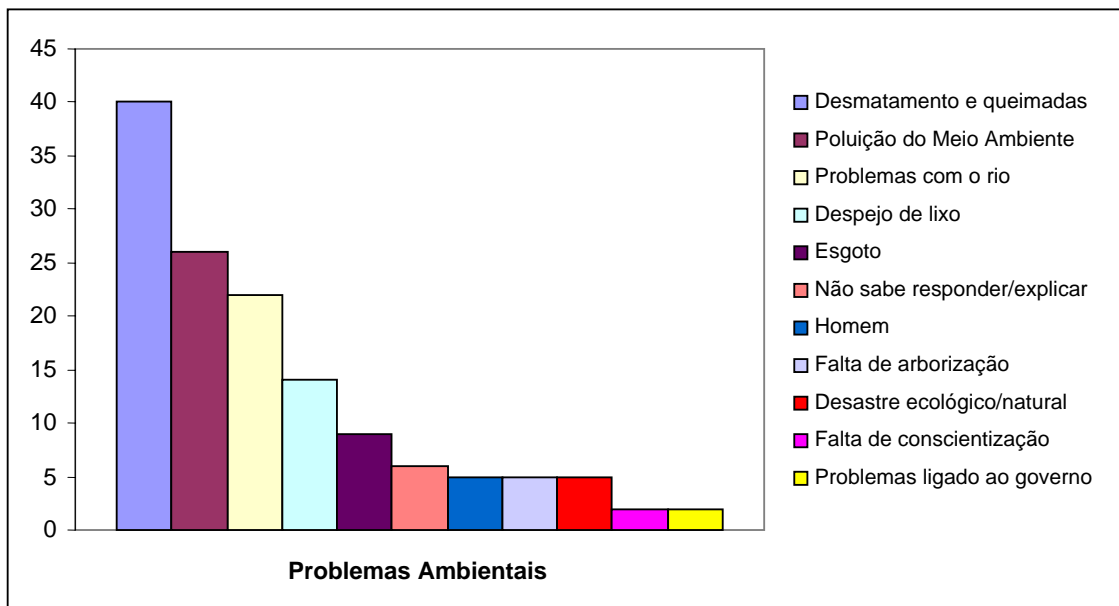


Figura 10 - Entendimento da população do que vem a ser um “problema ambiental”

Por outro lado, quando instados a identificar os problemas concretos afetando a qualidade ambiental em Itaperuna, os respondentes acabaram por apresentar elementos que haviam sido identificados nas entrevistas realizadas com os líderes do poder público municipal e da ONG Puris. Neste sentido, os resultados indicam que ainda que haja uma ampla gama de fatores sendo identificados como problemáticos (e.g., poluição do ar, desmatamento, falta de arborização urbana, poluição sonora), a maior fonte de preocupação ambiental em Itaperuna é a percebida na degradação do Rio Muriaé (Tabela 3).

Tabela 2 - Reconhecimento da População sobre os maiores problemas ambientais de Itaperuna.

Maiores problemas ambientais de Itaperuna segundo a população	(%)
Poluição do rio	56,1
Poluição do ar e falta de arborização	10,2
Outro (especifique)	7,1
Poluição do ar e poluição do rio	5,1
Poluição do ar, falta de arborização e outros.	5,1
Falta de arborização	4,1
Poluição do ar, poluição do rio e falta de arborização.	4,1
Poluição do ar	3,1
Poluição do ar, poluição do rio, falta de arborização e outros.	3,1
Poluição do ar, poluição do rio e falta de arborização.	1
Falta de arborização e outros	1
Total	100

Além disso, se forem consideradas as possíveis combinações entre diferentes problemas ambientais e a questão da degradação do rio Muriaé, o total de respostas chegou a 69,3%, se forem combinados todas as respostas indicando a degradação rio de forma individual ou combinada com alguma outra fonte de degradação ambiental. Isto certamente coloca a degradação do rio Muriaé como o elemento mais singular dentro da discussão ambiental em Itaperuna.

Por outro lado, a observação feita na interação feita com os participantes da amostra durante o trabalho de campo demonstra que a preocupação com a condição ambiental do Rio Muriaé advém de repetidas inundações que ocorreram nas últimas décadas. Esta percepção que liga as inundações a uma ênfase no Rio Muriaé como principal fonte de problemas ambientais é agravada não apenas pelos eventos de inundações, mas também pela ocorrência de acidentes industriais ao longo da sua calha fluvial. Um exemplo disto foi o acidental industrial que aconteceu em Fevereiro de 2006, quando houve um derramamento de 400 milhões de litros de argila com óxido de ferro e sulfato de alumínio da Mineradora Rio Pomba Cataguazes Ltda, localizada no Município Mineiro de Cataguazes, e cujos efeitos alcançaram até o trecho urbano de Itaperuna no início do mês de Fevereiro (Figuras 10 e 11).



Figura 11 - Rio Muriaé, centro de Itaperuna após a chegada dos rejeitos industriais em Fevereiro de 2006.

Fonte: Autor



Figura 12 - Rio Muriaé, centro de Itaperuna em julho -2006, já sem a carga de detritos oriundos do acidente industrial.

Fonte: Autor

Um dado interessante que foi encontrado é de que apesar de apontarem diversos problemas ambientais em Itaperuna, a maioria dos respondentes indicou que houve uma melhora na situação ambiental em Itaperuna nos últimos cinco anos. Já no que se refere às responsabilidades pelos problemas existentes, muitas respostas colocaram a própria população como co-responsável pelo processo de resolução dos problemas ambientais existentes no Município de Itaperuna, seja individualmente ou em cooperação com as diferentes esferas do Estado (Figura 12).

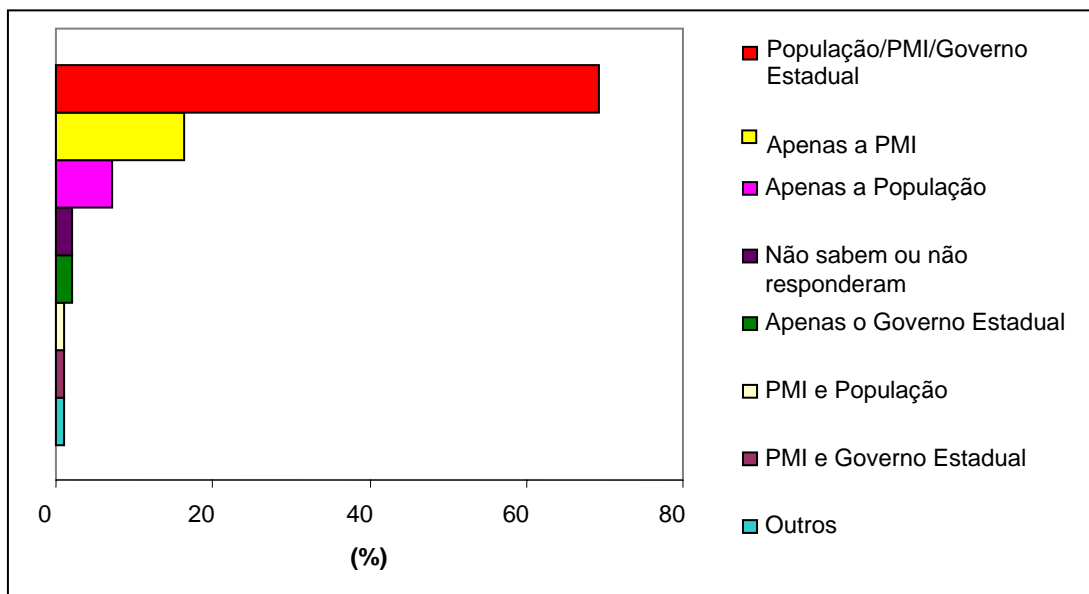


Figura 13 - Responsabilidade pela resolução dos problemas Ambientais em Itaperuna

Por outro lado, o entendimento sobre a divisão das responsabilidades acerca da manutenção e preservação do meio ambiente, não deixando a cargo apenas das autoridades o dever de proteger o meio ambiente, indica uma mudança na concepção das responsabilidades e também sobre a necessidade de participação na resolução dos problemas que tem implicância direta no cotidiano dos indivíduos entrevistados.

Um outro aspecto observado neste estudo foi a identificação de quais seriam as formas nas quais as pessoas gostariam de se envolver, tanto de forma coletiva ou individual, no intuito de melhorar ou dar manutenção a qualidade ambiental em Itaperuna. (Tabela 3).

Tabela 3 – Formas de participação popular na conservação ambiental em Itaperuna

respostas	freqüência
Participar dos esforços de despoluição e conservação do rio Muriaé	23
Não jogar lixo nas ruas ou no rio Muriaé	20
Separar lixo para reciclagem	17
Participar no processo de conscientização ambiental	16
Ajudar no processo de reflorestamento	14
Demandar ações de fiscalização	9
Participar de campanhas e/ou projetos ambientais	6
Participar de esforços em torno do aumento da organização social	6
Fazer denúncias	2
Apoiar as ações do poder público	1
Orar	1

Apesar das respostas indicarem a existência de um interesse significativo em participar de alguma forma na proteção ambiental, as ações que ocorrem no plano individual são as que predominaram entre os entrevistados. Este dado parece refletir a dificuldade de tratar o problema ambiental no plano coletivo. Cardoso (2004) considera que esta dificuldade decorre do alto nível de individualização que marca o atual estágio de convivência social que ocorre na maioria das sociedades contemporâneas.

3.2.4 – O Grau de reconhecimento da ONG Puris e de suas ações

O trabalho da ONG Puris, nas palavras de seu presidente, teria a educação ambiental como seu principal eixo de ação, sendo esta concentrada junto a jovens e profissionais de educação. De modo, a verificar o grau de reconhecimento deste trabalho, os respondentes foram inquiridos diretamente acerca do seu conhecimento da existência de organizações atuando na proteção ambiental em Itaperuna, e do tipo de trabalho desenvolvido por estas organizações.

Os resultados indicam que cerca de 80% dos entrevistados não possuíam conhecimento da existência de organizações trabalhando para proteger o meio ambiente em Itaperuna (Tabela 4).

Tabela 4 – Grau de reconhecimento das organizações atuando na proteção ambiental em Itaperuna

Organização Reconhecida	Frequência	(%)	(%) Válido	(%) Acumulado
Não conhece de nenhuma associação	78	79,6	79,6	79,6
ONG Puris	8	8,2	8,2	98
Conhece alguma, mas não se do lembra do nome.	7	7,1	7,1	89,8
IBAMA	3	3,1	3,1	82,7
Secretaria de Meio-ambiente / Prefeitura Municipal	2	2	2	100
Total	98	100	100	

A ONG Puris foi a organização mais citada dentre os 20% de respondentes que indicaram saber da existência de esforços institucionais em torno da proteção ambiental em Itaperuna. Este dado é particularmente relevante, pois as entidades estatais (seja de nível municipal ou federal) tiveram níveis de reconhecimento inferior ao da ONG Puris. Uma explicação para este resultado é que a atuação da ONG Puris precede à formalização da atuação do poder público municipal na esfera ambiental enquanto tal (processo este que derivou da promulgação da Constituição Federal de 1988, mas que apenas se formalizou em Itaperuna a partir da criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Agosto de 2002).

Por outro lado, quando questionados diretamente sobre a ONG Puris e suas ações em Itaperuna, o percentual de conhecimento chegou a 20% (Tabela 5).

Tabela 5 - Reconhecimento da ONG Puris por parte da população pesquisada e nível de escolaridade dos que conhecem o trabalho da ONG Puris

Nível de Escolaridade	Reconhecem (%)	Não Reconhecem (%)	Total (%)
Sem Instrução	0	2	2
1º grau incompleto	0	20	20
1º grau completo	1	5	6
2º grau incompleto	2	6	8
2º grau completo	6	26	32
3º grau incompleto	4	6	10
3º grau completo	4	13	17
Pós-graduado	3	2	5
Em relação ao Total da Amostra	20	80	100

Além disso, no segmento que informou conhecer a ONG Puris e as suas ações, a maioria conseguiu definir a sua própria área de atuação principal como sendo a defesa do meio ambiente. Os respondentes indicaram que as ações caracterizadoras do perfil de atuação da ONG Puris como sendo: a realização de palestras, a existência do livro publicado pela ONG Puris, a realização de caminhadas ecológicas da organização. Por outro lado, os resultados da pesquisa indicam que a ONG Puris obteve o seu maior grau de reconhecimento junto à população com maior nível educacional, pois 55% dos entrevistados que declararam reconhecer a ONG Puris como uma entidade atuante nas causas ambientais encontram-se nos níveis mais elevados de instrução (3º grau incompleto, 3º grau completo e pós-graduação). Neste sentido, as observações de campo indicam que o reconhecimento do trabalho realizado pela ONG Puris está também ligada ao fato de que os respondentes indivíduos exerciam funções ligadas à educação. O fato de que o nível de reconhecimento foi baixo entre os respondentes com baixos níveis educacionais parece demonstrar o atual estágio de funcionamento da ONG Puris, que tem sido menos intenso e, por isto, parece não estar alcançando os cidadãos com menor escolaridade. Além disso, das ações desenvolvidas pela ONG Puris, as que obtiveram maior nível de reconhecimento foram as palestras em escolas da rede municipal de ensino, os trabalhos de limpeza do Rio Muriaé, e o reflorestamento das partes mais elevadas dentro da área urbana do município.

3.2.5 – Sumário

A partir da análise dos questionários, podemos afirmar que os indicadores sociais da amostra aqui estabelecida refletem, em grande parte, a realidade social de Itaperuna. Além disso, a variação observada nos principais indicadores estudados reflete mudanças ocorridas no município nas últimas décadas. Um exemplo disto é o aumento do nível educacional, que foi bem perceptível no aumento da escolaridade. Por outro lado, a identificação da degradação ambiental foi marcante, especialmente no que se refere à piora na qualidade ambiental do Rio Muriaé. Contudo, este reconhecimento não foi acompanhado de um processo mais objetivo de engajamento na busca de soluções para os problemas encontrados. Uma explicação para este fato foi o baixo nível de organização política que foi detectada. Além disso, um fator adicional foi o desconhecimento da maioria dos entrevistados da existência de ações e/ou organizações governamentais e não-governamentais atuando no município para corrigir tais problemas.

Conclusões

Os resultados do presente estudo demonstram que as dificuldades de interação entre o poder público municipal e a ONG Puris advêm não apenas de diferentes agendas acerca do que define a problemática ambiental vivida em Itaperuna (pois nesta questão objetiva há uma concordância bastante alta), mas também do papel relativo que cada um dos lados deve cumprir, e qual teria sido o papel cumprido até o presente momento por cada um dos lados. No que se refere ao Poder Público Municipal, verificou-se que há uma visão sistêmica do problema ambiental em Itaperuna. Por outro lado, a preocupação em buscar parcerias principalmente junto aos órgãos de financiamento e às esferas superiores de poder, demonstra uma maior preocupação com a atual condição ambiental do município. No entanto, no que se refere à visão do Estado local sobre a possibilidade de se estabelecer parcerias com a parte da sociedade civil envolvida na luta ambiental, a postura encontrada foi um misto de resistência e subordinação. O presente estudo demonstrou assim que há uma dificuldade em aceitar a participação da sociedade civil no processo de soluções para os problemas ambientais, seja na ausência de canais de interação ou na recusa do financiamento das suas ações.

A análise da literatura existente aponta para o fato de que a existência de uma sociedade civil ativa depende diretamente do grau de liberdade que é dado pelo Estado para a sua existência autônoma. Além disso, diversos postulados teóricos convergem para a assertiva de que o grau de democratização de uma dada sociedade pode ser condicionada à capacidade das organizações da sociedade civil em fiscalizar, contestar e, também disputar a hegemonia política com o Estado. Por outro lado, existem teóricos que postulam a possibilidade de que as relações entre o Estado e a sociedade civil, ainda que marcada por controvérsias, pode resultar em processos de cooperação que seriam fundamentais para o avanço do processo democrático.

Já a análise da visão do representante da sociedade civil em relação ao Estado também demonstra que há uma dificuldade em estabelecer um diálogo efetivo, pois a caracterização dada foi de que o Estado seria o principal obstáculo à solução dos problemas ambientais existentes em Itaperuna. Além disso, a opção por uma atitude de confronto é também reflexo de uma postura que favorece o enfrentamento político, e não o processo de cooperação. Por outro lado, as dificuldades financeiras e o baixo nível de militância parecem demonstrar que este modelo não está sendo eficiente para mobilizar nem os segmentos que já foram sensibilizados pelas ações da sociedade civil em torno da questão ambiental. Isto demonstra, em termos práticos, uma incapacidade

de fazer frente ao modelo sistêmico-racionalista de resolução dos problemas ambientais que marca a ação do Estado. A opção pela institucionalização das ações de educação ambiental mostrou-se como a opção adotada para angariar os recursos financeiros que permitam manter as ações de enfrentamento com a problemática ambiental, sem que haja a necessidade de ser feita uma mudança na postura frente ao Estado.

No que se refere ao papel da população na modulação da relação Estado-sociedade civil, os resultados deste estudo demonstram que apesar do processo de degradação ambiental em Itaperuna ser facilmente percebido (ainda que de forma difusa), não há uma resultante imediata no que se refere à mobilização para pressionar pela implementação de soluções. Tal fato parece estar ligado ao baixo nível de organização social que foi detectado. Deste modo, o papel reduzido da população nesses debates ambientais parece estar ligado a dois fatores: 1) o baixo nível de organização; e 2) a pouca abertura para a participação política junto às instâncias governamentais locais que tem como consequência a concentração de poder nos organismos municipais. Já no que concerne à questão básica da representatividade da ONG Puris junto à população de Itaperuna, é possível afirmar que esta organização conseguiu captar e evidenciar os principais problemas enfrentados pela população de Itaperuna. No entanto, a eficiência das ações da ONG Puris parece estar sendo diminuída por um processo de isolamento político, que resulta na falta de militantes e na ausência de apoio financeiro para suas ações. Este isolamento parece ser resultado de vários elementos distintos, nos quais a falta de disposição do Estado local para admitir a participação civil como co-executora de políticas ambientais é agravada por uma indisposição por parte da ONG Puris em participar dos organismos formais criados pelo poder municipal para formular as políticas ambientais de Itaperuna.

Em síntese, os resultados do presente estudo demonstram que o potencial antevisto para relacionamento entre organizações governamentais e não-governamentais no processo de democratização da formulação e implementação de políticas ambientais em nível municipal necessita ser mais bem contextualizado, especialmente para que não subestime as dificuldades políticas e econômicas que cercam esta relação. Além disso, frente à evidência de que o reconhecimento da existência de problemas ambientais (especialmente entre os mais afetados por suas consequências) não é suficiente para que haja mobilização social para a solução dos mesmos, enfatiza a necessidade do fortalecimento de processos de mobilização social que obriguem as organizações governamentais e não-governamentais busquem superar os impasses existentes.

Referências Bibliográficas:

- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: A duração das cidades. Sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- ARELLANO-LÓPEZ, S; PETRAS, J. F. Non-Governmental Organizations and Poverty Alleviation in Bolívia. *Development and Change* (págs. 555 – 568), 1994
- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *RBCS* vol. 14 n°. 40, 1999
- BARBOSA, Maria de F. N. & BARBOSA, E. M. Educação agro-ambiental: princípios, aplicações e recomendações. *Rev. de Biologia e Ciências da Terra*. Vol. 5 n°. 1, 2004.
- BOBBIO, Noberto. Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral política. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Paz e Terra, 7ª Edição, 1987.
- BRANDÃO, Gildo M. Hegel: o Estado como realização histórica. In: Os Clássicos da Política. Vol. 2 - Francisco C. Weffort (Org.). 10ª Edição - Ed. Ática, São Paulo, SP. 2002.
- BRETT, E. A. Voluntary Agencies as Development Organizations: Teorizing the Problem of Efficiency and Accountability. *Development and Change*, vol. 24, 1993.
- BROWN, David; FOX, Jonathan. Transnational civil society coalitions and the World Bank: Lessons from project and policy influence campaigns. In: EDWARDS, Michels; GAVENTAS, Jonh. (orgs). *Global Citizen Action*. Linne Rienner publishers: 2001.
- BÜLL, Márcia R. Estado Mínimo: esforço máximo da sociedade civil para a democracia do conhecimento. 2005
Disponível em: http://www.rits.org.br/rets/download/centro_estudos_281005.pdf
Acessado em: 04/08/2005
- COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol.46 n°. 3. Rio de Janeiro, 2003.
- COSTA, Maria A. N. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n°. 21, (págs.147-163), 2003.
- CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. *Rev. São Paulo em Perspectiva*, n°. 18 (págs. 42-48), 2004.
- DIAMOND, Larry. Toward democratic consolidation. *Journal of Democracy*, vol. 5, n°. 3, July 1994.
- DINIZ, Dulce. O Desenvolver de um município – Itaperuna: do Germinar à frutificação. Itaperuna – RJ: Damadá editora, 1985.
- DINIZ, Marlene. Pense Globalmente, aja localmente: Realidade Ambiental de Itaperuna. Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Educação, Universidade de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu: 2001.
- EYES, Tinie Van. Solidariedade com os pobres ou comercio no mercado de desenvolvimento? Lisboa: Lusotopie, 2002.
- FERREIRA, Lúcia da C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Rev. Ambiente e Sociedade* n°. 5, Campinas, SP. 1999.
- FONTES, Virgília. Sociedade Civil, classes sociais e conversão mercantil-filantropica. En publicação OSAL – Observatório Social de América Latina. Ano IV, n°19, CLACSO, Buenos Aires: 2006.

- FOX, Jonathan. How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. *World Development*, vol. 24 n° 6, 1996.
- FRAGA, Paulo C. P. As ONGs e o Espaço Público no Brasil. *Revista Presença*, n° 2 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/uy/most/seminario/ongs.governancia/documentos/PauloPontesFraga.pdf>. Acessado em: 20/10/2005
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M. W. & Gastell, George. (org.) *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3ª Edição, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.
- GEHARDT, Cleyton H; ALMEIDA, Jacione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Rev. Ambiente & Sociedade*, vol. 8 n° 2, 2005.
- GONH, Maria da G. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. 2ª edição, São Paulo – SP: Cortez, 2000.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 10ª edição, São Paulo: Loyola, 2001.
- HADDAD, Sérgio. Apresentação. In: *Cadernos da ABONG*, Sérgio Haddad (org). N° 27, São Paulo – SP: Autores Associados, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo- SP: Companhia das Letras (caps. 9, 10, 11 e 12), 1995.
- IBGE-2002, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico Brasileiro 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- JACOBI, Pedro. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. *Cadernos de Pesquisa*, n° 118. março, 2003.
- KALDOR, Mary. *Civil Society and Accountability*. *Journal of Human Development*, vol. 4, n° 1. 2003.
- KRONEMBERGER, Denise M. P.; CARVALHO, Cacilda N. de; JUNIOR, Judicael C. Planejamento para o DLIS – desenvolvimento local integrado: o caso da Bacia do Jurumirin (Angra dos Reis – RJ). *Rev. Sociedade e Natureza* n°17, Uberlândia: 2005.
- KU, Agnes S. *Beyonde the Paradoxical Conception of “Civil Society Without Citizenship*. 2002
Disponível em: <http://iss.sagepub.com/cgi/reprint/17/4/529>
Acessado em: 20/05/2006
- LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs – do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 1993.
-
- _____ *Experiência Militante – História da assim chamadas ONGs*. In: *Ações em Sociedade, Militância, caridade, assistência etc*. Leilah Landim (org.). Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável – As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, Vozes e Florianópolis, UFSC, 1999
- LEITE, Marco A. S. *O Terceiro Setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*. 2003.
Disponível em: <http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf>
Acessado em: 04/08/2005
- LIMA, Gustavo da C. *O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação*. *Rev. Ambiente & Sociedade – vol. 6 n° 2*, 2003.

- LIMA, Sandra M. F. ONGS Uma investigação sobre sua natureza. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2002.
- LOPES, José R. Terceiro Setor a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *Rev. São Paulo em Perspectiva*, n.º. 18, 2004.
- MATTOS, Solange M. da S. N. & Drummond, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONGs ambientalistas na Baía da Guanabara (1990-2001). *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, PR. (págs. 177 – 192), 2005.
- MACDONALD, Laura. Interpreting International NGOs in Central América. *Journal of International Studies*, vol. 23 n.º. 2 (págs. 267-285), 1994.

-
- _____ A Mixed Blessing – The NGO Boom in Latin América. *NACLA Report on the Americas* vol. XXVIII, n.º. 5 (págs. 30-42), 1995.
- MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Rev. Ciência da Informação* Vol. 30: Brasília, 2001.
- MENDES, Luiz C. A. Visitando o “Terceiro Setor” (ou parte dele) – Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acessado em: 10/07/2006
- NOGUEIRA, Marco A. Sociedade Civil, entre o Político-estatal e o Universo Gerencial. *RBCS*, volume 18 n.º. 52, 2003.
- OLIVEIRA, Anna C; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. *Cadernos de Pesquisa* n.º. 112, 2001.
- PEDLOWSKI, Marcos A. O ressurgimento da sociedade civil e o lugar de suas organizações nos processos de democratização e desenvolvimento econômico. In: *Ciências Sociais Unisinos* volume. 37, n.º. 159: São Leopoldo (págs. 153 – 176), 2001
- PIETRZYK, Dorota I. *Civil Society – Conceptual History From Hobbes to Marx*. 2001. Disponível em: <http://www.aber.ac.uk/~inpwww/PhD/Dorota.pdf> Acessado em: 01/08/2006
- PRINCEN, Thomas; FINGER, Matthias. *Environmental NGOs in World Politics – linking the local and the global*. New York – London: Routledge, 1994.
- RAMOS, Leonardo C. S. A sociedade civil em tempos da globalização: uma perspectiva neogramsciana. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2005.
- REIGOTA, Marcos. *Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais*. São Paulo: Ed. Annablume, 1999.
- REITER, Bernd. *Sociedade Civil Organizada e Democratização no Brasil: exclusão e a importância da qualidade dos processos*. Socius Working Papers. Lisboa, 2003.
- RENNÓ, Lucia R. *Estruturas de Oportunidades Política e Engajamento em Organizações da Sociedade Civil: um estudo comparado sobre a América Latina*. *Revista de Sociologia Política*, 2003.
- SELIGMAN, Adam B. *The Idea of Civil Society*. New Jersey – Chichester: Princeton, 1999.
- SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de Massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. *Rev. Educação & Sociedade* n.º. 66, 1999.

-
- _____ Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1999a.
- SORRENTINO, Marcos; TRAIKER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como política pública. *Rev. Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 31, n.º. 2, (págs. 285-299), 2005.

- SOUZA, Flávio L. de; BERNA, Vilmar. O Rio Muriaé e sua Ecologia – Geografia e História. Gráfica e Ed. Hoffman. Itaperuna - RJ, 2002.
- TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- TCE-RJ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo Socioeconômico Itaperuna., Rio de Janeiro - RJ, 2005.
Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br>
Acessado em: 20/03/2006
- THOMPSON, Andrés A. Do Compromisso à Eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. Revista - Rets, ano 2 nº. 102, 2000.
- VILAS, Carlos M. The hour of civil society. NACLA Report on the Américas, vol. XXVII, nº.2 (págs. 38-44), 1993.
- _____ Latin América in the “New World Order”: prospects for Democracy. International Journal of Politics, Culture and Society, vol. 8 Nº. 2, 1994
- VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. In: Ecologia & Política no Brasil. José Augusto de Pádua (org) – Rio de Janeiro – RJ: Espaço e Tempo: IUPERJ (págs. 63-110), 1987.
- _____ A Globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998. Brasília 1998.
Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Viola.pdf>
Acessado em: 25/08/2006
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Mercosul e Sociedade Civil. Rev. São Paulo em Perspectiva, nº. 16 (p. 63 – 73), 2002.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro da Entrevista com o Prefeito de Itaperuna: Jair Bittencourt Junior

- 1- Em qual data o senhor assumiu a Prefeitura Municipal de Itaperuna?
- 2- Quando o Sr. assumiu a Prefeitura, quais eram os projetos na área ambiental que estavam sendo implementados em Itaperuna?
- 3- Qual é a porcentagem do orçamento municipal destinado especificamente à área ambiental?
- 4- O Sr. acredita que a atual estrutura do poder público municipal atende devidamente as necessidades de gerenciamento e manejo das questões ambientais no município?
- 5- Quais foram as principais medidas tomadas no que se refere ao problema ambiental do município que o Sr. administrou até o presente momento?
- 6- Dentro das prioridades de seu governo, as questões que tem implicações diretas com o meio-ambiente e educação ambiental estão em qual posicionamento hierárquico?
- 7- Sobre as questões ambientais de Itaperuna, existe algum tipo cooperação entre o município e outras esferas dentro do poder público ou mesmo com a sociedade civil?
- 8- Em sua opinião, quais são os principais problemas ambientais existentes em Itaperuna?
- 9- Em sua opinião, quais foram os fatores que levaram o meio ambiente itaperunense a realidade de hoje?
- 10- O senhor acredita que as políticas ambientais executadas em Itaperuna são suficientes para resolver os problemas enfrentados no município?
- 11- O que a prefeitura tem feito para assegurar a qualidade e a proteção do ecossistema do rio muriaé?
- 12- Após o ultimo desastre ocorrido com o derramamento de produtos químicos no rio muriaé, quais as principais medidas tomadas pela prefeitura para evitar novos desastres e também assegurar qualidade de vida das populações que vivem próximas e tem o seu sustento através do rio muriaé?
- 13- Para o Sr. a população de Itaperuna está engajada em formulação de propostas para resolução dos problemas de Itaperuna?
- 14- Quais são os mecanismos formais que permitam a participação popular na formulação das políticas municipais?

- 15- Em quais instâncias de resolução de problemas o senhor verifica uma maior participação popular, e em qual o senhor acha que seria imprescindível a participação do povo?
- 16- O senhor acredita que a participação da sociedade civil organizada tem um caráter eficaz na formulação de medidas que possam resolver os problemas ambientais de Itaperuna?
- 17- Quais das ONGs existentes em Itaperuna em que o Sr. visualiza contribuições efetivas na formulação de políticas públicas municipais?
- 18- A prefeitura de Itaperuna oferece algum apoio institucional ou financeiro para a criação ou manutenção de entidades da sociedade civil organizada?
- 19- O Sr. conhece a ONG Puris?
- 20- Até que ponto o senhor conhece o trabalho desenvolvido por eles, e sua área de atuação?
- 21- Existem parcerias em projetos, entre a ONG Purís e a prefeitura de Itaperuna?
- 22- Ainda sobre a ONG Purís, o senhor acredita que ela vem desenvolvendo o papel proposto por ela própria na defesa do meio ambiente?
- 23- Em sua opinião, qual seria o melhor modelo de tratamento da questão ambiental em Itaperuna?
- 24- Em que medida a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio lhe parecem úteis para a implementação de políticas públicas municipais?
- 25- E finalmente, o Sr. acredita que ao final de sua gestão, a questão ambiental em Itaperuna terá melhorado em quais aspectos específicos?

Anexo II

Roteiro para entrevista com dirigentes da ONG Puris

1. Qual foi a data de criação da ONG Puris?
2. Quantas pessoas ajudaram a fundar a Puris? E quantos sócios existem hoje?
 1. De que forma a Puris está estruturada?
 2. Quais têm sido os principais pontos de atuação da ONG Puris?
 3. Qual é a área de abrangência de atuação da Puris?
 4. O que levou os sócios fundadores adotar a estratégia de criar uma ONG para lutar pelo meio-ambiente?
 5. A ONG Puris participa de algum tipo de rede com outras organizações? Se sim, com quais?
 6. Qual é o orçamento anual da ONG Puris? E quais são as principais fontes de financiamento?
 7. Quais estratégias que a ONG utiliza para conseguir fundos?
 8. Dentre os problemas ambientais existentes em Itaperuna, qual é em sua opinião o que merece maior atenção por parte da ONG?
 9. Quais estratégias são utilizadas pela ONG para ela ter inserção junto a população?
 10. Em sua opinião as políticas públicas ambientais praticadas em Itaperuna, são suficientes para resolver os problemas aqui existentes?
 11. Em sua opinião, quais seriam os maiores entraves para se estabelecer uma política ambiental sustentável em Itaperuna?
 12. Em sua opinião, qual seria o melhor modelo de tratamento da questão ambiental em Itaperuna?
 13. Quais são os principais projetos desenvolvidos pela ONG Puris?
 14. Você acredita que a atuação da ONG Puris modificou ou conseguiu influenciar na formulação de políticas públicas em sua área de atuação?
 15. De que forma você enxerga a participação da ONG na criação de políticas ambientais em Itaperuna?
 16. O senhor considera que a ONG Puris durante o seu período de atuação trouxe benefícios concretos para Itaperuna? Quais?
 17. Como você avalia a ação do poder público municipal em relação à questão ambiental em Itaperuna?

Anexo III

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
LEEA / SESMA – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO ESPAÇO ANTRÓPICO
QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DA
QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA**

NOME DO ENTREVISTADO: _____ Idade ____
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ NÚMERO DO QUESTIONÁRIO ____
LOCAL DA ENTREVISTA: _____

1 - Grau de instrução do entrevistado

- 1 () sem instrução
- 2 () 1º grau incompleto
- 3 () 1º grau completo
- 4 () 2º grau incompleto
- 5 () 2º grau completo
- 6 () 3º grau incompleto
- 7 () 3º grau completo
- 8 () outros _____

2 - Você é nascido (a) em Itaperuna?

1. () Sim 0. () Não

3 - Quantos % da sua vida foram passados em Itaperuna?

- 1. () 0-20
- 2. () 21-40
- 3. () 41-60
- 4. () 61-80
- 5. () 81-100

4 - Renda familiar do Entrevistado

- 1() um salário mínimo
- 2() dois salários mínimos
- 3() três salários mínimos
- 4() entre 3 e 5 salários
- 5() entre 5 e 10 salários
- 6() mais de 10 salários
- 5() Outro: _____

5 – Situação do Imóvel que reside

- 1() Próprio
- 2() Alugado
- 3() Ocupado
- 4() Favor
- 5() Outros _____

5^a - Quantas pessoas moram nesta casa? ____

6 - Sua residência possui água encanada?

1() sim

0() não

7 - Sua residência possui rede de Esgoto?

1() sim

0() não

7^a - Se sim, qual?

1() Fossa

2() Direto rio / valão

3() Rede de esgoto da rua

4() Outros _____

8 - Seu esgoto possui algum tipo de tratamento?

1() sim

2() não

3() não sabe

9 - Você participa de algum tipo de associação (bairro, igreja, partido político)?

1() sim

0() não

9^a - Se sim, qual (is)?

9^b - Há quanto tempo?

1() menos de 6 meses

2() entre 6 meses e um ano

3() 1 ano

4() 2 anos

5() 3 anos

6() 4 anos

7() outros _____

9^c Com que frequência você participa?

1() diariamente

2() semanalmente

3() quinzenalmente

4() mensalmente

5() semestralmente

6() anualmente

9^d - Como você avalia a atuação da associação da qual você faz parte?

1() muito boa

2() boa

3() mais ou menos

4() fraca

5() muito fraca

10 - Como você faz para se manter informado acerca do que está acontecendo em Itaperuna e no resto do mundo?

- 1() Jornais Impressos
- 2() Rádio
- 3() Televisão
- 4() Vizinhos e parentes
- 5() internet
- 6() Outros _____

11 – Em sua opinião, quais são os problemas mais graves do seu bairro?

12 - Por favor apresente o seu entendimento do que vem a ser um “problema ambiental”

13 – Em sua opinião, quais são os maiores problemas ambientais de Itaperuna?

- 1() poluição do ar
- 2() poluição do rio
- 3() falta de arborização
- 4() outro (especifique) _____

14 - Você considera que a situação ambiental em Itaperuna nos últimos 5 anos:

- 1() melhorou muito
- 2() melhorou
- 3() permaneceu a mesma
- 4() piorou
- 5() piorou muito

15 - A responsabilidade pela solução dos problemas ambientais existentes Itaperuna é de quem?

- 1() Prefeitura
- 2() Estado
- 3() População
- 4() População/ Prefeitura / Estado
- 5()Outros _____

16 - Você conhece alguma associação de proteção ao meio ambiente que atua em Itaperuna?

- 1. () Sim
- 0. () Não

16^a - Se sim, qual? _____

17 - Em sua opinião, o que significa “proteger o meio ambiente”?

18 - Se você pudesse ajudar a proteger o meio ambiente de Itaperuna, quais seriam as três principais coisas em que gostaria de se envolver?

19 – Você já ouviu falar na ONG Puris?

Se a resposta for sim prossiga nas próximas perguntas.

1 () sim

2 () não

19^a - Se sim, por onde?

1 () internet

2 () televisão

3 () jornais

4 () radio

5 () vizinhos / amigos

6 () Outros: _____

19^b - Você sabe qual (ou quais) é (são) a(s) área(s) de atuação da ONG Puris?

1 () sim

2 () não

19^c - Se sim, qual?

1 () política

2 () meio ambiente

3 () direitos civis

4 () defesa das minorias

5 () Outra: _____

19^d - Você já ficou sabendo de algum projeto ou evento realizado pela ONG Puris em Itaperuna?

1 () sim

2 () não

19^e - Se sim, qual?

19^f -Através de que ou quem?

- 1() amigos / parentes
- 2() rádio
- 3() televisão
- 4() jornais
- 5() internet
- 6() Outros: _____

19^g - Em sua opinião, a atuação da ONG PURIS trouxe benefícios concretos para Itaperuna?

1. () Sim 0. () Não

19^h - Em sua opinião, o que poderia ser feito pela ONG PURIS para melhorar a situação ambiental de Itaperuna?

Observações gerais
